



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ADRIANA MARIA LAGE SILVA

**ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DA CIDADE DE SALVADOR NA
PRIMEIRA REPÚBLICA: O GOVERNO DE J. J. SEABRA**

**Salvador
2013**

ADRIANA MARIA LAGE SILVA

**ASPECTOS SOCIOESPACIAIS DA CIDADE DE SALVADOR NA
PRIMEIRA REPÚBLICA: O GOVERNO DE J. J. SEABRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva

Salvador
2013

S586

Silva, Adriana Maria Lage

Aspectos socioespaciais da cidade de Salvador na primeira república: o governo de J. J. Seabra / Adriana Maria Lage Silva. – Salvador, 2013.
120 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva

Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia.

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2013.

1. Planejamento urbano – Salvador (BA). 2. Política urbana – Salvador (BA). 3. Salvador (BA) – Geografia histórica. 4. História – Salvador (BA) – República Velha I. Silva, Maria Auxiliadora da. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título

CDU: 711.4(813.8)

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

TERMO DE APROVAÇÃO

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE SALVADOR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O GOVERNO DE J. J. SEABRA

ADRIANA MARIA LAGE SILVA

Banca Examinadora

Maria Auxiliadora da Silva

Professora Doutora
Professora do Instituto de Geociência da UFBA.

Alcides dos Santos Caldas

Professor Doutor
Professor do Instituto de Geociência da UFBA.

Regina Celeste de Almeida Souza

Professora Doutora
Professora da UNIFACS

Dissertação defendida e aprovada em 08/10/2013.

O resgate da memória de um lugar, da memória de uma determinada cidade, só é possível se pudermos trabalhar ao mesmo tempo em duas frentes de investigação. Temos de aliar a base segura da análise histórica ao esteio não menos seguro que a geografia proporciona.

(ABREU,1998)

DEDICO A:

Deus, que nunca nos abandona nos momentos importantes da nossa caminhada.

A minha mãe Creuza Santos Lage, pelo amor que protege e fortifica.

Aos meus filhos amados, Natália, Beatriz e Rodrigo.

Aos meus irmãos, Ana Cristina, Diana, Bárbara e Arnaldo, incentivadores incansáveis das minhas andanças.

Ao mestre Eduardo Borges, por ter apresentado J. J Seabra de forma tão apaixonante que despertou em mim o desejo de conhecer sua vida e obra na história da cidade do Salvador.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de Mestrado é uma experiência enriquecedora e de plena superação. Conciliar a família, a profissão com o trabalho de pesquisador é um exercício diário e desafiador. Modificamo-nos a cada tentativa de buscar respostas às nossas aflições e inquietações de pesquisador e aos poucos vamos aguçando os nossos sentidos, desenvolvendo nossa percepção e ficamos íntimos do nosso objecto de estudo. Porém essa intimidade é partilhada com todos a nossa volta, que se vêem envolvidos durante todo esse processo no momento em que nos escuta, nos propõe , opina, discorda, reflete... e são para essas pessoas que vão os meus agradecimentos:

A meu bom e misericordioso Deus, que nunca me desampara.

A minha mainha, pelo seu amor e apoio constante e são suas palavras de conforto e incentivo que me mantêm firme na luta diária.

Aos meus filhos amados Natália, Beatriz e Rodrigo pelo amor, paciência e compreensão pelas ausências durante este período.

Aos meus irmãos pelo incentivo a abraçar esse novo desafio e pela presença constante em minha vida.

A Rogério Costa pelo seu apoio e parceria.

A querida professora Maria Auxiliadora Silva por ter acreditado na minha pesquisa, pela sua confiança e orientações preciosas.

Aos professores Alcides dos Santos Caldas e Regina Celeste de Almeida Souza por aceitarem fazer parte da minha banca examinadora e pelas observações e sugestões que enriqueceram o trabalho.

Aos professores do Mestrado de Geografia pela partilha do conhecimento e incentivo constante.

A Dirce Almeida e Itanajara Silva pela atenção e cordialidade com que sempre me atenderam.

Aos meus colegas de mestrado, com quem a partilha dos conhecimentos sempre foram de grande ajuda.

As minhas amigas Ana Claudia, Susy, Kelly, Carol, Silvana, Letícia e Helis por todo apoio e incentivo.

A todos os funcionários do IGEO pelo auxílio e presteza.

Muitíssimo obrigada!!

RESUMO

Esta pesquisa analisa as reformas urbanas do governo de José Joaquim Seabra (1912-1916) na cidade do Salvador, suas repercussões no espaço urbano daquela época, na dinâmica urbana atual e na memória da cidade. A fundamentação teórico-metodológica do trabalho encontrou nos conceitos de organização do espaço urbano, paisagem urbana, rugosidades e memória da cidade o encaminhamento necessário para permitir a inserção desta dissertação na geografia histórica urbana e no pensar a cidade do Salvador numa perspectiva histórica e processual. Desse modo os estudos de SANTOS (1958/2002), CORRÊA (1989) PINHEIRO (2002) e VASCONCELOS (2002) e ABREU (2011), entre outros, ofereceram o suporte para análise e interpretação dos fatos, processos e agentes sociais envolvidos. A pesquisa historiográfica, as entrevistas e as observações de campo completam o quadro metodológico do trabalho. A partir das análises efetuadas, caracterizou-se o cenário político de conflito que permeou as reformas urbanas encetadas, identificou-se o papel do estado e das classes abastadas como agentes sociais relevantes e as repercussões das heranças dessas reformas na memória da cidade. Considera-se finalmente que os motores dos processos de mudança no período de governo estudado foram a ideologia política, econômica e social reinante, e as relações entre os agentes sociais; que a aliança política entre governos federal e estadual foi decisiva e, esteve na base do desenvolvimento de Salvador neste período e que as reformas empreendidas são marcos na memória da Cidade.

Palavras-chave: organização do espaço urbano, memória da cidade, processos e formas espaciais, fixos, transformações e permanências.

RESUMÉ

Cette recherche analyse les réformes urbaines du gouvernement de José Joaquim Seabra (1912-1916) dans la ville de Salvador, les répercussions dans l'espace urbain de l'époque, les dynamiques urbaines actuelles et la mémoire de la ville. Le fondement théorique-méthodologique a trouvé dans les concepts d'organisation de l'espace urbain, paysage urbain, rugosités et mémoire de la ville l'abordage nécessaire pour permettre l'insertion de ce mémoire de maître dans la géographie historique urbaine et penser la ville de Salvador dans une perspective historique. Ainsi les études de SANTOS (1958/2002), CORREA (1989) PINHEIRO (2002) et VASCONCELOS (2002) et ABREU (2011), entre autres, ont offert un soutien pour l'analyse et l'interprétation des faits, processus et acteurs sociaux concernés. La recherche historique, les interviews et les observations de terrain complètent le cadre méthodologique du travail. A partir des analyses effectuées, fut caractérisé le scénario politique de conflit qui a régné dans les réformes urbaines entreprises, fut identifié le rôle de l'Etat et des classes aisées en tant qu'agents sociaux de port et les répercussions des héritages de ces réformes dans la mémoire de la ville. Il a finalement été considéré que les moteurs du processus de changement pendant la période du gouvernement étudié furent l'idéologie politique, économique et sociale alors en vigueur et les relations entre les agents sociaux, que l'alliance politique entre le gouvernement fédéral et le gouvernement d'Etat fédéré a été décisive et a servi de base au développement de Salvador pendant cette période, et que les réformes entreprises sont des repères dans la mémoire de la ville.

Mots-clés: organisation de l'espace urbain, mémoire de la ville, processus et formes spatiales, fixes, modifications et permanences.

LISTA DE FIGURAS

1	Mapa de localização da área de estudo	19
2	Rui Barbosa em campanha pela Bahia	34
3	Palácio do Governo após bombardeio – 1912	40
4	Palácio do Governo após bombardeio – 1912	40
5	O oceano se “manifesta” contra o bombardeio	41
6	Demolição da Igreja de São Pedro	49
7	Companhia do Queimado	52
8	Rua Visconde de Mauá (Ladeira da Montanha)	53
9	Igreja de São Bento, antes das intervenções de J. J. Seabra	55
10	Projeto de melhoramentos na cidade do Salvador pelo engenheiro J. T. de Alencar Lima – perspectiva (1910)	56
11	Aspectos do Porto de Salvador antes das reformas	58
12	As obras de reforma do Porto	59
13	Inauguração do Porto	60
14	Praça Marechal Deodoro	61
15	Avenida Jequitaia	61
16	Ladeira de São Bento antes e depois das intervenções de J. J. Seabra	63
17	Ladeira de São Bento antes e depois das intervenções de J. J. Seabra	63
18	Relógio de São Pedro	63
19	Palácio do Senado	63
20	Rua das Mercês	63
21	Corredor da Vitória	63
22	Mapa do Traçado da Avenida Sete – 1913	64
23	Foto da Praça Tomé de Souza e Rua Chile	65
24	Av. Oceânica – Ondina Rio Vermelho	66
25	Obras no Largo da Mariquita	66
26	Jardim da Graça	66
27	Mapa de localização das reformas urbanas de Seabra no Centro Tradicional de Salvador	68
28	Mapa da evolução urbana de Salvador	79
29	Região Iguatemi/Tancredo Neves	87

30	Mapa de localização das novas centralidades na Cidade do Salvador .	88
31	Praça Rio Branco e o comércio informal	89
32	O Palácio Tomé de Souza Prefeitura Municipal de Salvador	89
33	Rua Chile – 2013	90
34	Avenida Sete – Praça Castro Alves	91
35	Avenida Sete – São Pedro	91
36	Avenida Sete – Mercês	91
37	Avenida Sete – Corredor da Vitória	91
38	Porto de Salvador – 2012	92
39	Porto de Salvador na atualidade	92
40	Bairros de classe alta – Horto Florestal e Alphaville	95
41	Bairros de classe média de Salvador – Imbuí e Cabula	96
42	Unidades populares em bairros periféricos: Sussuarana e Cajazeiras .	96
43	Ocupação informal em Salvador	96
44	Palácio Rio Branco	98
45	Aspecto da rua Chile	99
46	Rua da Misericórdia	99
47	Antigo Palácio do Senado, atual Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	100
48	Igreja de São Pedro que substituiu a que foi demolida	100
49	Palácio da Aclamação	100
50	Relógio de São Pedro	100

LISTA DE QUADROS

1	Atuação dos agentes sociais no governo de J. J. Seabra	69
2	Períodos de ocupação urbana de Salvador	72
3	Períodos de expansão urbana de Salvador	72
4	Os processos espaciais e suas respectivas formas	76
5	Processo de descentralização de Salvador período de 1912/1924	80
6	Seletividade em termos de ocupação nos núcleos secundários de Salvador	81
7	Novas centralidades de Salvador	87
8	Seletividade em termos de ocupação nas novas centralidades de Salvador	94

LISTA DE TABELAS

1	Crescimento da população de Salvador – 2010	93
2	Composição da população de Salvador – 2010	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAB	Clube de Engenharia e Arquitetura
CIA	Centro Administrativo da Bahia
CODEBA	Companhia das Docas do Estado da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
J. J. SEABRA	José Joaquim Seabra
OCRB	Obras Completas de Ruy Barbosa
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PD	Partido Democrático (PD).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMÁTICA	16
1.2	JUSTIFICATIVA	17
1.3	PRINCIPAIS QUESTÕES DE PESQUISA	18
1.4	DIMENSÃO ESPACIAL E TEMPORAL DA PESQUISA	18
1.5	OBJETIVOS	20
1.5.1	Geral	20
1.5.2	Específicos	20
1;6	TEORIA E MÉTODOS	20
1.6.1	A geografia histórica na análise da memória das cidades – uma reflexão teórico-conceitual	21
1.6.2	Os conceitos	21
1.6.3	Métodos e técnicas	26
1.7	ESTRUTURA DA PESQUISA	28
2	CENÁRIO POLÍTICO BAIANO NO PERÍODO DE GOVERNO DE J. J. SEABRA	29
2.1	AS DISPUTAS ELEITORAIS NO BRASIL NA 1ª REPÚBLICA E SEUS REFLEXOS NA BAHIA	29
2.2	O BOMBARDEIO DE SALVADOR E SUAS CONSEQUÊNCIAS	38
2.3	O GOVERNO DE JOSÉ JOAQUIM SEABRA	42
2.3.1	Período 1912 a 1916 – implementação das reformas urbanas ...	43
2.3.2	Período 1920 a 1924 – manutenção do controle do poder político	44
3	O ESPAÇO URBANO DE SALVADOR NO GOVERNO DE J. J. SEABRA	47
3.1	A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE NA PERSPECTIVA DE J. J. SEABRA	47
3.1.1	A experiência administrativa	47
3.1.2	A Ideologia dominante na época	48
3.1.3	Visibilidade social das reformas	53

3.2	O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE SALVADOR	55
3.2.1	O plano de melhoramento da cidade baixa	57
3.2.2	As reformas urbanas na cidade alta	62
3.3	OS AGENTES SOCIAIS DA REFORMA URBANA	69
3.4	A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE	71
4	ASPECTOS SÓCIOESPACIAIS DAS REFORMAS URBANAS DE J. J. SEABRA NA DINÂMICA ATUAL DA CIDADE DO SALVADOR	75
4.1	SALVADOR DE J. J. SEABRA: PROCESSOS, FORMAS E FUNÇÕES	75
4.1.1	Os processos e as formas socioespaciais	75
4.1.1.1	Centralização	76
4.1.1.2	Descentralização	78
4.1.1.3	Coesão	81
4.1.1.4	Segregação	82
4.2	AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS DE J. J. SEABRA E O DIÁLOGO COM A CONFIGURAÇÃO URBANA ATUAL DE SALVADOR	85
4.2.1	O centro da cidade de Salvador na contemporaneidade: formas e funções	85
4.2.1.1	Centralidade e Descentralização	85
4.2.1.2	Segregação	94
4.3	AS HERANÇAS DA REFORMA URBANA DE J. J. SEABRA NA MEMÓRIA DA CIDADE DE SALVADOR	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
6	REFERÊNCIAS	107
	ANEXOS – DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO	112

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMÁTICA

A História identifica, no período da Primeira República, um momento de instabilidade do regime oligárquico brasileiro. A grande disputa eleitoral entre o Marechal Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa vai ter importantes reflexos na política baiana.

Com a vitória de Hermes da Fonseca para a presidência da República, os seus aliados na Bahia ganharam prestígio, cargos federais e conseqüentemente o ódio dos derrotados, principalmente de Ruy Barbosa ainda inconformado. As disputas políticas se tornam cada vez mais acirradas com dois partidos o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e o Partido Democrático (PD). Estas duas forças disputaram palmo a palmo o seu espaço na Bahia. O interesse em administrar o estado da Bahia era enorme afinal o estado era o maior produtor mundial de cacau e o segundo estado brasileiro em volume de exportação o que justifica as manobras políticas dos homens do poder.

José Joaquim Seabra foi o 12º Governador da Bahia e ficou à frente do Estado de 1912 a 1916 e posteriormente de 1920 a 1924. É dentro desse clima de conturbação política, que J. J. Seabra deu início a um processo de reformas e urbanização da capital baiana. Utilizando os recursos vindos do cacau e de empréstimos estrangeiros para implantar tais reformas, é na sua administração que foram criados a Imprensa Oficial, o Tribunal de Contas (nos moldes do Tribunal Federal), o Hospício dos Alienados passa por uma remodelação a Escola Normal de Feira de Santana, é construída e é fundado o Hospital das Crianças. Dá-se nesse período a inauguração do novo palácio governamental que havia sido destruído pelo bombardeio de Salvador- Palácio Rio Branco – e da Avenida Sete de Setembro que ganha o Relógio de São Pedro e o cinema São Jerônimo.

Essas reformas trouxeram mudanças expressivas na organização do espaço urbano de Salvador com repercussões que dividiram a opinião pública.

Vasconcelos (2002) ao analisar o período da República Velha caracteriza-o como o da europeização de Salvador e considera as reformas urbanas empreendidas por J. J. Seabra como haussmanianas. Já Silva Santos (1992) analisando o crescimento das atividades produtivas de Salvador nesse período afirma que este ficou aquém do da cidade de São Paulo.

Outros autores como Santos M. (1958) e Silva (2005) ao analisarem aspectos significativos do processo de urbanização de Salvador reportam-se ao período de J. J. Seabra sem, contudo, nele se aprofundar, ensejando com isso um espaço para um trabalho de pesquisa que resgate o contexto histórico desse período, seu significado geográfico e sua materialidade espacial. Essa é a finalidade dessa pesquisa.

1.2 JUSTIFICATIVA

A análise da bibliografia referente à Salvador é muito expressiva em todas as áreas do conhecimento e alguns dos autores que dela trataram estão referenciados na bibliografia comentada a seguir. Entre os estudos que estabelecem uma estreita relação entre a Geografia com a História da Cidade de Salvador encontramos os de Milton Santos (1958 e 1994) Silva Santos (1992), Pedro Vasconcelos (2002) e Maria Auxiliadora Silva (1993), entre outros. Entretanto, sobre as reformas urbanas no governo J. J. Seabra poucas são as referências geográficas existentes. Esse fato justifica a escolha da temática dessa pesquisa cuja contribuição acadêmica é resgatar as características urbanas da época e oferecer subsídios ao conhecimento do processo de organização do espaço de Salvador.

No contexto social, espera-se que os resultados desse trabalho resgatem na memória cultural da cidade os aspectos históricos e geográficos, permitindo a compreensão dos problemas urbanos daquele período e de suas implicações na dinâmica atual.

1.3 PRINCIPAIS QUESTÕES DE PESQUISA

O cenário em que se desdobraram as reformas empreendidas por J. J. Seabra possibilitam a emergência de questões passíveis de pesquisas como as abaixo apresentadas:

- que mudanças significativas estas reformas empreenderam na configuração territorial da cidade?
- que papeis os diferentes agentes sociais daquela época tiveram nessas mudanças?
- como essas mudanças repercutiram nas funções urbanas da época e que heranças elas deixaram na configuração territorial na atualidade?

São estas as principais questões que essa pesquisa se propõe analisar ao considerar que as reformas urbanas encetadas por J. J. Seabra carecem de um estudo aprofundado no âmbito da Geografia.

1.4 DIMENSÃO ESPAÇO -TEMPORAL DA PESQUISA

A dimensão espacial da pesquisa compreenderá prioritariamente o Centro Tradicional de Salvador e o Comércio, locais onde as reformas foram mais significativas. Outras áreas subsidiárias serão escolhidas no decorrer do trabalho. **(Figura 1)**.

O período histórico da primeira República, com foco no período de governo de José Joaquim Seabra se constituirá na dimensão temporal do trabalho.

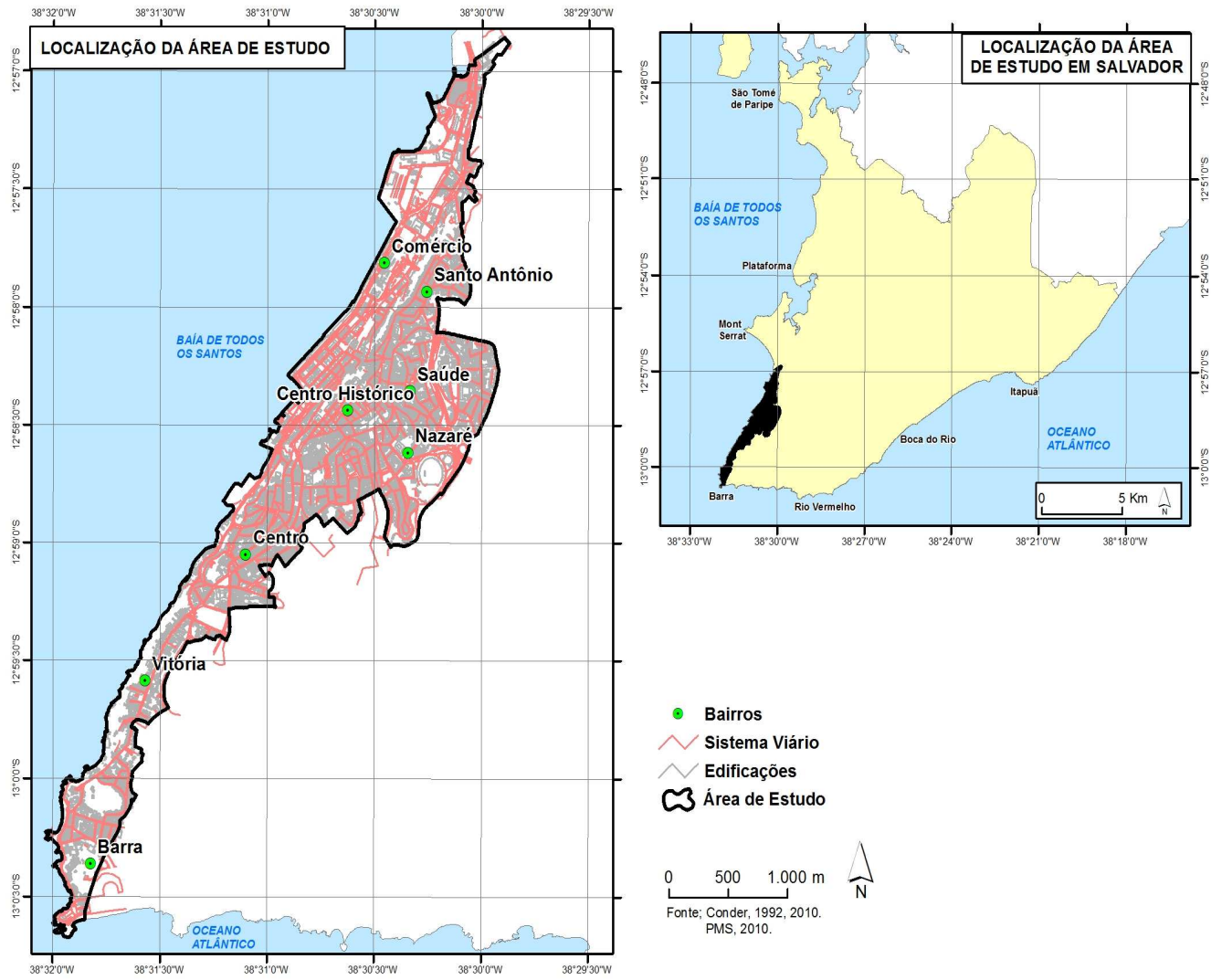


Figura 1. Mapa de localização da área de estudo
Fonte: Base Cartográfica da CONDER 2010

1.5 OBJETIVOS:

1.5.1 Geral

Essa pesquisa tem como objetivo principal analisar as reformas urbanas encetadas no governo de José Joaquim Seabra(1912-1916), na cidade do Salvador, suas repercussões no espaço urbano daquela época, na dinâmica urbana atual e na memória da cidade.

1.5.2 Específicos

- Descrever e analisar o cenário político baiano no período de governo de J. J. Seabra.
- Identificar e caracterizar as mudanças encetadas e suas repercussões nas funções urbanas da cidade do Salvador na época.
- Analisar o papel dos diferentes agentes sociais envolvidos no processo de transformação urbana.
- Caracterizar a configuração espacial da cidade naquele período, identificando os seus fixos e fluxos.
- Avaliar as heranças dessas reformas na memória da cidade

1.6 TEORIA E MÉTODOS

O presente trabalho tem como reflete sobre os aspectos socioespaciais urbanos, considerando a categoria espaço-tempo no diálogo com a memória da cidade. Assim, visita-se, num primeiro momento, as análises de alguns teóricos, tanto da geografia, como da história que dão ênfase à Geografia Histórica como fundamental nas discussões sobre o espaço urbano e a interpretação dos processos socioespaciais que lhe são inerentes. Em um segundo momento apresenta-se os procedimentos metodológicos utilizados no levantamento e a análise dos aspectos empíricos da pesquisa.

1.6.1 A geografia histórica na análise da memória das cidades – uma reflexão teórico-conceitual

A geografia histórica vem abrindo o seu espaço nas reflexões dos teóricos da geografia. O espaço-tempo como categoria analítica na produção do espaço consolidou-se em vários e importantes trabalhos, o que tem possibilitado o surgimento de outras pesquisas preocupadas com o pensar espacial dos fatos históricos.

As ações urbanísticas do governo de J. J. Seabra deixaram rugosidades no centro da cidade do Salvador tornando-se emblemáticas na memória da cidade, que precisam ser resgatadas pela Geografia.

Neste capítulo apresentam-se os conceitos de organização do espaço urbano, paisagem urbana, rugosidades e memória da cidade como fundamentação que permita a inserção desta dissertação na geografia histórica urbana e nos encaminhamentos para pensar a cidade do Salvador numa perspectiva histórica e processual.

1.6.2 Os conceitos

O diálogo teórico-conceitual, nesse trabalho, parte da discussão de Barros e Ferreira (2009) sobre a importância da geografia histórica nos estudos do espaço urbano. Dizem eles:

“Ao caminharmos pela cidade, deparamo-nos com uma paisagem rica em símbolos e significados. Como nos lembra Milton Santos, a paisagem é a soma de tempos desiguais. Desta forma, em relação ao espaço urbano, não podemos ignorar a importância da análise multidimensional das escalas de temporal e espacial”. (BARROS E FERREIRA 2009 p.1)

Para esses autores a geografia histórica merece um olhar mais aguçado por parte dos geógrafos, em face das possibilidades que oferece ao entendimento da dimensão temporal das cidades. Explicar as geografias passadas é um trabalho que se propõe a geografia histórica que encontra referência nas reflexões de Santos:

“A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos aos espaços pela sociedade” (1994 p. 49).

A análise de Barros e Ferreira (2009 p.2) sobre a importância da geografia histórica tem referencial nos clássicos como Ritter e Elisée Reclus, e modernos como Harvey, Santos e Abreu (2011), geógrafos teóricos que defendem o espaço-tempo como categoria de análise do espaço geográfico ou espaço concreto. Dizem Barros e Ferreira (idem p.2): “Diferentemente de outras subdisciplinas da geografia (econômica, social, urbana, agrícola etc.), a geografia histórica não possui um objeto claramente definido” e citam Phillo (1996 p.270) sobre [...] “o mistério da geografia histórica que começa na própria definição do seu objeto de pesquisa”. Não está em discussão, segundo estes autores, “a importância da relação temporal nas investigações geográficas, pois “a geografia do mundo está estreitamente ligada com o que acontece em sua história, mas sim em estabelecer os limites teórico-metodológicos entre a geografia e a história”. Neste sentido, Santos (1994 p 42) cita Élisée Reclus para enfatizar que não existe geografia sem história: “Geografia é a História no espaço e a História é a Geografia no tempo”

Santos (1994) por exemplo, afirma que um dos problemas metodológicos que se colocam à história das cidades e da urbanização são a ideia de forma e a ideia de tempo.

[...] é preciso empiricizar e precisar o tempo se queremos trabalhá-lo paralelamente à forma. Esse entendimento faz-se necessário, pois nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e do passado (SANTOS 1994 p.68),

A importância da categoria espaço-tempo aparece também nas análises sobre a produção do espaço.

Para Carlos (2011 p.62), a noção de produção do espaço está ligada ao ato de produção e reprodução da sociedade em todas as suas dimensões, uma vez que o espaço é condição e meio de realização das atividades humanas em sua totalidade. É condição, meio e produto da reprodução da sociedade. Daí as relações sociais se realizarem como relações espaço-temporais, produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas em cada sociedade.

Nessa condição, espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza como modo de apropriação. (...) A relação espaço-tempo se explicita, portanto, como uma prática sócio-espacial no plano da vida cotidiana, realizando-se como um modo de

apropriação (o que envolve espaço e tempo determinado), bem como construção de uma história individual como história coletiva. (CARLOS, 2011 p 64)

As reflexões sobre as relações espaço-temporais na produção do espaço trazidas por Santos (1994 e 2002) e Carlos (2011) permitem analisar as relações sociais, políticas e econômicas, envolvidas no caráter intervencionista da urbanização de Salvador, sob a égide do governo de J. J. Seabra. O Estado se apropria e desapropria o espaço imbuído da construção de uma história individual (a sua) a revelia da história coletiva.

Outros conceitos importantes desse trabalho são paisagem urbana e configuração territorial e morfologia urbana.

O termo paisagem é extremamente polissêmico, e as acepções disciplinares a ele relacionadas são tão vagas quanto variadas. Para a geografia a paisagem é um conceito-chave, ou seja, um conceito capaz de fornecer unidade e identidade à geografia num contexto de afirmação da disciplina. A importância deste conceito ao longo da história do pensamento geográfico tem sido variada, sendo relegado a uma posição secundária, suplantada pela ênfase nos conceitos de região, espaço, território e lugar, considerados mais adequados as necessidades contemporâneas (Corrêa e Rosendahl, 2003). A paisagem pode ser tudo que pode se ver num lance de vista ou o "conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar" (HOUAISS, 2001). Para Santos (1994),

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de diferentes (SANTOS 1994 p 66).

Santos (idem) agrega à paisagem o fator temporalidade na constituição da paisagem. Na obra Paisagem, Tempo e Cultura (2004) Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl abordam a paisagem e suas representações simbólicas a luz dos pressupostos da Geografia Cultural. Na oportunidade apresentam reflexões de Carl O. Sauer que destaca o caráter dinâmico da paisagem e a necessidade de compreendê-la de forma integrada ao tempo e ao espaço na seguinte afirmação:

Não podemos formar uma idéia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. (SAUER in. CORRÊA; ROSENDAHL, 2004 p.42).

Compreender a dinamicidade da paisagem significa reconhecer a importância do seu estudo na compreensão do espaço, e, portanto da Geografia.

A caracterização da configuração territorial de Salvador à época da 1ª República e depois das intervenções urbanísticas com J. J. Seabra, vai permitir o diálogo com a morfologia urbana contemporânea. É Santos (1994) quem apresenta a configuração territorial como categoria analítica do espaço geográfico. Diz ele:

A configuração territorial é parte dos sistemas de objetos que compõem o espaço geográfico de forma indissociável dos sistemas de ações. Os objetos da configuração territorial podem ser naturais (sujeitos a transformações pela ação humana) ou artificiais (criados pelo homem), sendo os últimos cada vez mais importantes. (SANTOS 1994 p 76)

Ao comparar a configuração territorial com a paisagem, Santos (idem p 76) explica, que “enquanto a paisagem é o conjunto de coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos, a configuração territorial é o conjunto integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível. O espaço por sua vez é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial”.

A mediação espaço-tempo continua presente nessa argumentação quando Santos (idem p 77) afirma que “podem as formas, durante muito tempo permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial nos oferecem no transcurso histórico, espaços diferentes”.

Se a sociedade está sempre em movimento, a configuração espacial da cidade sofre os efeitos dessa mudança, os objetos mudam de forma e de funções, daí a importância do entendimento da morfologia urbana. Lamas (1992) define morfologia urbana como “a ciência que estuda o objeto – forma urbana – nas suas características exteriores, físicas, e na sua evolução no tempo”. A cidade se estrutura a partir das relações ideológicas e culturais e dos processos de troca e vivências urbanas (PESCARINI, 2003 in BARROS e FERREIRA 2009). O que nos remete ao conceito de rugosidades.

“Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos” (SANTOS, 1997, p. 138).

Para Santos (1997 p. 138): “as rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (...). O espaço, portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada”.

A intervenção urbana de Seabra criou objetos que permanecem na configuração espacial de Salvador como rugosidades, testemunhos dos processos sócio-espaciais que lhes deram origem e do movimento da sociedade que lhes atribui outras funções ou as percebem como memórias dentro da paisagem urbana. Essas rugosidades nos remetem aos conceitos de transformações e permanências de Vasconcelos (2000) como aquilo que é reconstruído e ou desconstruído e o que persiste como memória ou testemunho do passado. Heranças espaciais originárias das permanências sociais e culturais.

Segundo Abreu (2011 p,28) “coexistem numa cidade (...) inúmeras memórias coletivas. Ao eternizarem-se em registros permanentes, essas memórias urbanas não perdem seu caráter específico, sua vinculação ao grupo ou classe que as produziu.” Valorizar pois, o passado das cidades é resgatar a memória dos lugares em especial a memória das cidades. A geografia tem um papel importante neste resgate se deixar o “caminho que a impele na direção exclusiva da interpretação do presente dos lugares e tomar o caminho da interpretação dos lugares” (idem p.36).

No seu artigo sobre a Memória das Cidades, Abreu preocupa-se, pois, a memória da cidade vem sendo negligenciada pelos geógrafos. Diz ele (p.31) fala-se muito em memória urbana e memória da cidade, designando-as como o “estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade”. Entretanto faz-se necessária a distinção que enquanto a memória urbana apenas trata do estoque de lembranças sem relacioná-las a uma base material, a memória da cidade referencia essas mesmas lembranças a uma base material precisa.

Lewis Mumford (2008) debruça-se sobre “a cidade na história” e defende a necessidade de compreender-se a natureza histórica da cidade se quer lançar alicerces novos para a vida urbana,

[...] distinguir entre suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas. Sem uma longa carreira de saída pela história não teremos a velocidade necessária [...] para empreender um salto suficientemente ousado em direção ao futuro [...] (MUNFORD 2008 p.01)

A análise da natureza histórica da Cidade do Salvador na Primeira República e do cenário sociopolítico que caracterizou o governo de J. J. Seabra tem suas bases teórico conceituais nos estudos de Consuelo Sampaio (1978), Mário Santos (1992), Eloisa Petti Pinheiro (2002). Outros especialistas como Maria Brandão (1960), Luiz Henrique Tavares (1963), Heliodoro Sampaio (1991) Ana Fernandes (1992) e Marco Aurélio Gomes (1992), foram fundamentais no entendimento da história da urbanização da Cidade. A discussão do trabalho desses autores é objeto de apreciação e análise no contexto da pesquisa.

1.6.3 Métodos e Técnicas

A diversidade metodológica em geografia tem sido objeto de análise constante por muitos estudiosos. Pierre George (1972) no seu clássico “Os Métodos da Geografia” afirmava que:

“a pesquisa geográfica recorre sucessiva, ou simultaneamente aos métodos de cada uma das ciências de que se vale para chegar ao conhecimento analítico dos dados incluídos nas combinações que constituem o objeto de seus estudos fragmentários ou globais”. Entre esses métodos “não-geográficos” em sua origem, estão os métodos positivista, funcionalista-organicista, materialismo-histórico e dialético, não existe nenhum método geográfico para a abordagem dos dados sociais, econômicos, demográficos e culturais [...] existe uma maneira geográfica de confrontar os resultados” George (1972, p. 35).

Para autores como Ferro (1979, p.3) a Geografia Histórica caracteriza-se pelo seu aspecto interdisciplinar ao utilizar, em suas análises, métodos e técnicas das áreas que lhe dão origem. A Geografia Histórica estuda as características e a evolução dos espaços históricos, sua morfologia, paisagem e organização territorial assim como sua formação social. Para Milton Santos (2002) a Geografia Histórica procurou: “fazer uma geografia no tempo, reconstruindo as geografias do passado”.

As ligações de origem entre a Geografia Histórica e a Geografia Cultural têm permitido a utilização em pesquisas de métodos “não-geográficos”, que no dizer de Alves (2008) “é uma pré-determinação da metodologia científica, antes mesmo de

conhecer e explorar a realidade em sua essência”. Nesse entendimento, esta pesquisa definiu como método de abordagem da problemática o método dialético.

Alves (2008 p.) caracteriza:

A contradição e o conflito são características básicas do método dialético, conceituando esse método Japiassu e Marcondes (1990, p.167) dizem que “procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então a verdade, fruto da razão”. [...]

Pedro Demo (1985) defende em suas obras, voltadas para a metodologia científica nas ciências sociais, a importância histórica da dialética ao ressaltar que:

O dinamismo histórico da realidade é expresso em grande parte, por esta forma de visão, que admite ser ela um todo complexo, sempre com duas faces, como se fosse uma moeda; não há moeda com uma face só; mas, embora sendo duas, forma um todo. A polarização traduz a idéia de dinâmica e de contradição (DEMO, 1985, p. 88).

A dialética foi escolhida como método de abordagem desta pesquisa por facilitar a análise e a interpretação dos conflitos e contradições subjacentes aos processos socioespaciais presentes no governo de JJ Seabra em sua ligação com as ações da 1ª República do Brasil.

Os métodos de procedimento subsidiários são o histórico pelo próprio caráter do trabalho e fundamental nas análises e, o comparativo propiciando a consistência da interpretação.

As técnicas priorizaram a pesquisa documental, bibliográfica e analítica.

Os levantamentos e análises documentais e bibliográficas referentes ao período de estudo foram efetuadas no Arquivo Público, jornais da época e em centros de documentação como o da Companhia de Docas da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Assembleia Legislativa da Bahia.

Os trabalhos de campo compreenderam: levantamento fotográfico das reformas efetuadas comparando-as ao momento atual; aplicação de entrevistas a pessoas antigas, com vistas a identificar a sua percepção sobre o processo histórico e as reformas urbanas naquele período. Os trabalhos de laboratório estão representados no tratamento das informações, sua apresentação através de quadro e tabelas e a confecção de mapas temáticos.

1.7 ESTRUTURA DA PESQUISA

A presente pesquisa encontra-se estruturada em quatro capítulos: O primeiro capítulo apresenta a problemática estudada, os objetivos, o referencial teórico-conceitual e os métodos e técnicas.

O segundo capítulo analisa o cenário político baiano no período de governo de José Joaquim Seabra, considerando as disputas eleitorais no Brasil durante a 1ª República e seus reflexos na Bahia. Descreve também os aspectos mais significativos dos dois mandatos daquele governador, nesse período.

No terceiro capítulo dá-se ênfase às reformas urbanas encetadas no governo de J. J. Seabra e seus reflexos no espaço urbano da Cidade do Salvador. Desse modo são caracterizados a ideologia de modernização da Cidade, o plano de urbanização pensado e implantado, os agentes sociais envolvidos e a configuração territorial resultante das reformas.

O quarto capítulo procede a uma análise comparativa entre os aspectos socioespaciais da Cidade do Salvador à época de J. J. Seabra e na atualidade. Considera os processos, formas e funções presentes nesses períodos e sua importância na configuração urbana de Salvador. Apresenta, também aspectos da memória da cidade, identificando as heranças urbanas daquele período de governo e sua permanência na cidade atual.

Nas considerações finais são apresentados: a importância do referencial teórico metodológico adotado na pesquisa como suporte na validação da proposição balizadora, uma síntese dos fatos mais relevantes identificados ao longo da pesquisa e finalmente algumas proposições relacionadas a trabalhos sobre a geografia histórica.

2 O CENÁRIO POLÍTICO BAIANO NO PERÍODO DE GOVERNO DE J.J SEABRA

A História da Bahia no início da República foi marcada por diversos eventos que implicaram em profundas transformações sejam no âmbito do espaço geográfico quanto nos aspectos políticos, sociais e econômicos do Estado. A disputa eleitoral para a presidência da República do Brasil ocorrida em 1910 entre os candidatos Hermes da Fonseca e Rui Barbosa tiveram reflexos importantes na política baiana. Caracterizar esse cenário é a finalidade desse capítulo.

2.1 AS DISPUTAS ELEITORAIS NO BRASIL NA 1ª REPÚBLICA E SEUS REFLEXOS NA BAHIA

A história republicana brasileira, segundo estudos de Sampaio (1978) e Sarmiento (2009), pode ser dividida em algumas fases, tendo como marcos fatos históricos, que representaram mudanças na ordem institucional do Estado) a 1ª República, também conhecida como República Velha, constitui a primeira fase da organização republicana nacional e vai desde a Proclamação da República em 1889 até a chamada Revolução de 1930.

A Constituição de 1891 institui o presidencialismo e o federalismo como forma organizativa do Estado, o que acarretou em uma política de alianças para a ocupação da presidência e em uma liberdade política aos governadores dos estados da Federação. Pela liderança do poder de Estado, alteraram-se confrontos e alianças entre a oligarquia rural e os militares das Forças Armadas. Dentre eles, a Revolta Federalista, no Rio Grande do Sul, e a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, ambas em 1893.

As revoltas foram contidas e a estrutura liberal do Estado foi consolidada, o que possibilitou a transição para o poder civil. Prudente de Moraes foi o primeiro presidente civil, eleito em 1894, dando início a alternância entre representantes das oligarquias rurais do sudeste brasileiro até 1930, conhecida como a política do Café

com Leite. Essa alternância foi mantida pelo apoio regional ao poder executivo federal o que fortaleceu as oligarquias regionais. O coronelismo, prática política comum no interior do Brasil até a metade do século XX, tem sua origem nesta aliança conhecida como a política dos governadores.

A 1ª República na Bahia foi assinalada por vários conflitos políticos. Vivia-se um momento de instabilidade do regime oligárquico brasileiro mediante as políticas salvacionistas, que nada mais foram do que uma autoritária intervenção militar nos governos estaduais visando substituir velhas oligarquias por novas e mais afinadas às propostas federais.

O corpo político do Estado da Bahia dividia-se em apoio entre os candidatos a presidência da República, o que ocasionou uma cisão política entre as oligarquias locais. A vitória do candidato Hermes da Fonseca a presidência da República, apoiado pelo líder baiano José Joaquim Seabra, fundador do Partido Republicano Democrata e desafeto do candidato derrotado Rui Barbosa, líder do Partido Republicano da Bahia, vai implicar em um dos acontecimentos mais marcantes desta época, que foi o bombardeio da capital baiana por forças federais.

Os aliados de Hermes da Fonseca na Bahia ganharam prestígio, cargos federais e conseqüentemente o ódio dos adversários políticos, inconformados com a derrota nas eleições. As disputas políticas na Bahia se tornavam cada vez mais acirradas com dois partidos o PRB (Partido Republicano da Bahia) e o PRD (Partido Republicano Democrático) que tinham como líderes Rui Barbosa e José Joaquim Seabra, respectivamente, dois experientes políticos baianos, desejosos do poder e das vantagens provenientes do cargo.

Essas duas forças, aparentemente contrárias, possuíam muito em comum e disputaram palmo a palmo o poder político na Bahia, afinal, o interesse em administrar o Estado produtor mundial de cacau, e o segundo brasileiro em volume de exportação (Vasconcelos, 2002 p.261) explicava as manobras políticas dos homens do poder.

J. J. Seabra e Rui Barbosa possuíam muitas semelhanças no que diz respeito a sua trajetória de vida pois, ambos de personalidade forte, origem pobre e urbana, juristas, formação liberal, dominantes de uma oratória invejável, foram personagens de um dos maiores embates políticos da nossa história e movimentaram as primeiras décadas da República na capital baiana.

A historiadora Consuelo Novais Sampaio em texto publicado em 1978 demonstra como o prefácio nas Obras Completas de Rui Barbosa revela as diferenças e semelhanças significativas destes políticos, diz ela:

“Uma breve comparação entre Rui Barbosa e J. J. Seabra indica a existência de fortes contrastes, mas também de muitos pontos de semelhança entre os dois grandes homens públicos brasileiros. Fisicamente um era a antítese do outro. Rui era desprovido de qualquer atrativo físico, seu corpo era franzino e magro, encimado por um pescoço débil, que sustentava uma cabeça desproporcional. Seabra tinha um porte majestático, era alto e forte, a cabeça, de traços simétricos, parecia uma estatueta grega, tinha a voz vibrante um trovão, enquanto a de Rui era metálica e monótona. Mas, ambos eram poderosos e destemidos oradores, capazes de galvanizar tanto a elite intelectual urbana, quanto as multidões analfabetas dos campos. (SAMPAIO 1978 op. cit. OCRB, 1919, v.XLVI, t.III, p.XIII).

É neste contexto de embates políticos e campanhas sucessórias emblemáticas, que o Estado brasileiro estava se redesenhando ao apresentar uma nova prática oligárquica com características diferenciadas e afinadas aos moldes políticos e específicos de cada região.

As intervenções federais na política baiana no início da 1ª República foram constantes e decisórias marcando a campanha sucessória na Bahia e revelando conchavos políticos.

Na Bahia a contenda entre o Partido Republicano da Bahia (PRB) e o Partido Republicano Democrático (PRD) provocou grandes desdobramentos como o bombardeio da capital baiana e a manutenção do poder por doze anos nas mãos do governo Seabrista.

A campanha sucessória na Bahia no início da República foi marcada por diversos acontecimentos e o período de 1907 a 1923 foi assinalado como o mais acirrado e auge das disputas políticas locais. O embate político travado entre Marcelenistas e Severinistas provocando o racha no Partido Republicano da Bahia foi um destes episódios que ilustram bem os diversos desdobramentos na política baiana e conseqüentemente no Brasil.

A indicação de J. J. Seabra ao Ministério da Justiça e Negócios pelo presidente Rodrigues Alves em 1902, sem a prévia submissão ao então governador da Bahia Severino Vieira, coloca as relações entre o Estado da Bahia e o Governo Federal em constante tensão.

O governador baiano via nesta indicação uma forte possibilidade de interferência na política local. De fato, tal influência foi exercida, inicialmente, de forma mais discreta, quando Seabra, então membro fundador do Partido Republicano da Bahia, divergiu da indicação sucessória ao governo da Bahia do seu partido, e o então governador Severino Vieira apoiou José Marcelino de Souza para substituí-lo no cargo.

Segundo Sampaio (1978), a indicação de José Marcelino de Souza a candidatura do governo da Bahia por Severino Vieira representava a continuidade do seu mandato e o fortalecimento do PRB.

Muitos nomes foram indicados, mas, Marcelino tinha o apoio incondicional do então senador Rui Barbosa que utilizou-se do seu prestígio junto à bancada estadual para eleger o então candidato ao governo da Bahia.

Este fato já demonstrava claramente a divisão política entre Seabra e Rui e aos consequentes desdobramentos no poder do Estado. O revide de Seabra não tardou e como Ministro da Justiça e Negócios coube a ele implementar a nova reforma eleitoral de 15 de novembro de 1904 obedecendo à lei de nº 1.269, que tinha como objetivo redefinir a geografia dos distritos eleitorais com base na indicação dos governadores de estado.

Dessa forma J. J. Seabra ignorou as indicações dadas por Marcelino privilegiando outros redutos eleitorais em que o governador da Bahia não possuía expressividade. Como a reclamação de José Marcelino de Souza não foi atendida pelo presidente da República, tal fato levou ao rompimento das relações entre o governo estadual e federal.

Durante muitos anos a “política dos governadores” foi baseada em vantagens, acordos, influências e cargos. Em 1907, esses arranjos políticos ficam ainda mais explícitos quando o então governador da Bahia, José Marcelino de Souza pactuou com Severino Vieira ex-governador da Bahia, uma forma de governar até então diferenciada dos costumes da época. Ambos dividiam o poder atuando em áreas diferentes.

Ao governador José Marcelino de Souza cabia administrar os negócios do estado, enquanto o ex-governador e senador Severino Vieira tratava das questões políticas.

Esta divisão de poder é vista segundo (SAMPAIO,1978) como uma “ruptura no comportamento político tradicional”. Para Marcelino retomar as rédeas do controle do estado, foi bastante difícil já que Severino Vieira estava bastante fortalecido, pois, durante sete anos consecutivos fora ele que gerenciava os negócios políticos do estado da Bahia.

A indicação de José Ferreira de Araújo Pinho para governador do estado por José Marcelino de Souza desagradou Severino Vieira que alegava ser esta a função do partido. Por não possuir nenhum respaldo legal e político para contestar a escolha do candidato do governador, Severino Vieira rompeu com o governo e tentou de todas as formas com sua força política interceder junto aos seus aliados e lançar a candidatura de Inácio Tosta.

O desentendimento dos chefes do governo em relação à sucessão governamental gerou uma crise que acabaria por dividir o partido em Marcelenistas e Severinistas. A disputa ganha os jornais da época e toma conta de toda a sociedade baiana. José Marcelino de Souza conta com o apoio de Rui Barbosa, Pinheiro Machado, Miguel Calmon e o presidente Afonso Pena, enquanto, Severino Vieira tinha o apoio da maioria da Comissão Executiva, do Conselho Geral do partido, e a maioria do legislativo estadual e federal.

Os severinistas tinham maioria na Assembléia Legislativa Estadual, responsável pela “verificação” dos votos, mas os marcelinistas tinham o controle do governo e de sua polícia. Segundo os severinistas, a polícia estadual cercou o prédio da Assembléia e forçou a apuração favorável aos marcelinistas. (SARMENTO, 2009 p.47)

Apesar de uma forte base política e um grande prestígio Severino Vieira, não conseguiu eleger o seu candidato ao governo da Bahia e no dia 28 de Março, João Ferreira de Araújo Pinho foi eleito governador da Bahia para o período de 1908 a 1912. Esta crise política, que tem como protagonistas José Marcelino de Souza e Severino Vieira, divide o PRB que não demorou a ser enfraquecido e a perder prestígio.

Depois da conturbada eleição para governador da Bahia, onde constata-se a divisão do PRB e o seu enfraquecimento inicia-se a campanha para a sucessão presidencial. Dois candidatos foram indicados para a disputa: de um lado a chapa dos civis Rui Barbosa e Albuquerque Lins, e do outro a dos militares Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz.

A disputa pela presidência da República influenciou diretamente na política dos estados. Na Bahia vai definir a existência de grupos rivais e suas pretensões na busca pelo poder.

Os estados se dividiram: enquanto São Paulo e Bahia apoiavam a candidatura civilista o restante do país apoiava os militares. Diante de tais candidatos, era de se esperar que o estado da Bahia estivesse em polvorosa, afinal um filho ilustre disputaria o mais alto cargo de comando do país com grandes chances de vitória.

Assim a vitória de Rui Barbosa seria grandiosa se dependesse de José Marcelino de Souza, seu amigo, que via agora a possibilidade de retribuir o apoio político recebido por ocasião de sua briga com Severino Vieira. A campanha civilista de Rui Barbosa e Albuquerque Lins encontrou nos seus adversários políticos na Bahia uma forte oposição, e em 1909 foi formada a Junta Republicana da Bahia Pró-Hermes-Wenceslau que tinha como um dos mentores e presidente o político J. J. Seabra.

Como era de se esperar, Severino Vieira era partidário da candidatura de Hermes da Fonseca e conseguiu o apoio de outros marcelinistas. A oposição à candidatura de Rui Barbosa cresce na Bahia, e assim mais uma vez, o estado se torna palco de ferrenhas disputas políticas.

Para os adversários políticos a busca pelos votos a favor do então candidato Hermes da Fonseca, foi difícil já que toda máquina administrativa do governo do Estado da Bahia trabalhava em prol de Rui Barbosa (**Figura 2**).



Figura 2: Rui Barbosa em campanha pela Bahia
Fonte: OCRB, 1919, v.XLVI, t.III, p.IV

Apesar das dificuldades encontradas pela chapa dos militares na Bahia e o seu candidato ser derrotado neste Estado o resto do país decide as eleições a favor de Hermes da Fonseca que se torna o presidente do Brasil. A sucessão presidencial e sua influência no jogo político da Bahia torna-se cada vez mais expressiva.

A vitória de Hermes da Fonseca a presidência da República proporciona aos seus aliados na Bahia muitos cargos e prestígio político. J. J. Seabra foi convidado a assumir a pasta de Viação e Obras Públicas (1910 - 1912). Neste período, aproveitando-se do prestígio junto ao presidente, Seabra articulou-se politicamente formando bases de apoio mais consistentes na Bahia.

Com o enfraquecimento do PRB mediante as diversas facções que se formaram ao longo das disputas eleitorais acabou dando lugar ao surgimento de um novo partido o Partido Democrata que tinha como membro e fundador J. J. Seabra.

O Partido Democrata foi fundado no dia 15 de Março de 1910 e era constituído por 35 membros. J. J. Seabra convida Severino Vieira a fazer parte do partido, mas este se sente ofendido por achar que possuía condições de “atrair e não ser atraído” (SAMPAIO,1978).

Diante desta recusa estão formadas três grandes forças políticas: duas da facção do PRB (marcelinistas, severinistas) e o PD (seabrista). O Partido Democrata não demora a crescer e a ganhar a confiança de políticos antes aliados às facções do PRB. Com uma composição forte e o prestígio adquirido com o apoio do presidente da República o PD (Seabrista) entra na disputa das eleições para a renovação no estado da Câmara de Deputados e do terço do Senado sendo derrotado. Inconformados publicam notas nos jornais com ameaças veladas sobre uma possível visita do coronel J. J. Rego para estudar os canhões existentes no Forte São Marcelo.

Ao tomar conhecimento dos fatos através da imprensa o governador em exercício Araújo Pinho resolve ceder às pressões de seus opositores e firma um acordo no qual reconhecia ao PD a representação de 14 dos cargos de deputados existentes na Câmara. Este acordo passou pelo crivo de Rui Barbosa que acreditava ser o melhor a ser feito no momento diante da crise interna do seu partido PRB. Agora com uma representatividade pequena, mas, poderosa, o PD no dia oito de junho de 1911, lança oficialmente a candidatura ao Governo do estado do seu líder J. J. Seabra.

Esta candidatura caiu feito uma bomba na política da Bahia, desagradando evidentemente às facções marcelinistas e severinistas que durante muito tempo, viveram se digladiando, enquanto Seabra, estrategicamente ganhava o apoio de vários políticos principalmente no interior do Estado.

Para diminuir os efeitos da bomba, os severinistas lançaram a candidatura de Domingos Guimarães, por acreditar ser o único candidato a oferecer certa resistência ao aclamado Seabra, contudo, os marcelinistas não aceitam tal indicação e manifestam sua preferência pelo Presidente do Senado Estadual, o Cônego Leôncio Galvão que por sua vez desagrada Rui, por este ter apoiado a candidatura de Hermes da Fonseca para a presidência.

Um terceiro nome é indicado, José Maria Tourinho que também não agrada as facções. Diante do impasse e da dificuldade de se entenderem, o único jeito achado pelos governistas, era tentar impedir a todo custo a candidatura de Seabra. Enquanto os governistas tentavam achar um candidato à altura de Seabra, para disputar o governo da Bahia, em Pernambuco o Governo federal interveio no Estado proclamando empreender a moralização da vida pública que visava colocar interventores militares no governo dos Estados para desalojar do poder os clãs oligárquicos.

A esta “manobra” foi dado o nome de Política das Salvações Nacionais. Na realidade a grande intenção de Hermes da Fonseca, era impedir a crescente candidatura de Pinheiro Machado a eleição presidencial de 1914. Na Bahia, finalmente depois de uma convenção o PRB decide lançar a candidatura de Domingos Rodrigues Guimarães que agradou as facções do partido, mas, o PRB já estava enfraquecido e a vitória de Seabra era praticamente certa, porém um novo acontecimento desestrutura toda a política na Bahia.

Uma semana antes das eleições, o governador Araújo Pinho renunciou o governo do estado alegando problemas de saúde e cansaço das “árduas lutas em que se empenhou durante sua gestão dos negócios públicos”. (Diário de Notícias, jan.1912). No entanto, o verdadeiro motivo da renúncia foi o fato de o governador não concordar com a manobra política de Rui Barbosa em transferir o Legislativo para a cidade de Jequié na tentativa de que as eleições fossem adiadas de janeiro para maio.

O medo de Rui era que o Legislativo Nacional de férias tivesse tempo de se empenhar na campanha de Seabra. O presidente do Senado Estadual Cônego Galvão, substituto legal, recusa ocupar o cargo de governador e conseqüentemente apoiar as medidas de Rui Barbosa, já que este havia recusado a indicação do seu nome em ocasião à disputa na candidatura do PRB, para o governo da Bahia.

Então o presidente da Câmara de Deputados Aurélio Rodrigues Vianna assume o governo da Bahia. A intenção da facção marcelinista do PRB, de colocar no governo um aliado que suportasse melhor as pressões e executasse as mudanças ordenadas sem dramas de consciência, foi prontamente cumprida por Aurélio Vianna.

Ao tomar posse convocou a Assembleia Geral Extraordinária a se reunir no dia 15 de janeiro de 1912, em Jequié. O intuito de Rui Barbosa em transferir a Assembleia para Jequié era manipular as eleições já que possuía a maioria do apoio nesta localidade. Como a vitória de Seabra já era dada como certa, distante da capital seria mais fácil interferir no resultado eleitoral.

É lógico que estes acontecimentos não agradaram a oposição e o novo ano começa bem disputado. No dia 03/ 01/1912 Aurélio Vianna enviou carta ao Presidente da República, para controlar as Forças Federais para que estas “respeitem princípios básicos do Regime Federativo e não emposses candidatos ao governo no município do Partido Democrata respeitando a constituição e a autonomia do Estado”. (Diário de Notícias, jan.1912)

Nenhuma resposta formal do Presidente da República foi dada ao governador da Bahia, porém, no dia 04/01/1912 é publicada uma nota no jornal Diário de Notícias afirmando que: “o Exército estará pronto para auxiliar o Marechal Hermes não para intervir violentamente na política dos Estados, mas para garantir a liberdade nas urnas afugentando os dilapidadores da República”. (ibidem, 1912)

A oposição resolve responder a altura e entra na justiça. O juiz federal Paulo Fontes, concede habeas corpus para que os senadores e deputados entrem no Edifício da Câmara dos Deputados para se reunirem, mas Aurélio Vianna desobedece à ordem judicial. O juiz Paulo Fontes pede auxílio as forças federais. A disputa entre forças estaduais e federais é demonstrada à população com armas que estes desfilavam em punho pela cidade.

O clima fica cada vez mais tenso e no dia 09/01/1912 o General Sotero acompanhado de dois oficiais foi à delegacia fiscal onde se encontrava o cunhete de munição. No dia 10/01/1912 “os distúrbios entre praças do Exército e da polícia, em vários pontos desta cidade” deflagra uma guerra que resultou no bombardeio da capital baiana. (Diário de Notícias, (ibidem1912)

2.2 O BOMBARDEIO DE SALVADOR E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A tarde do dia 10 de janeiro de 1912 ficou marcada por um dos mais violentos e importantes acontecimentos da história da Bahia, o bombardeio de Salvador. Tal episódio causou muita destruição e morte na capital provocando repercussões em âmbito nacional e assinalando a ascensão ao poder do estado do Seabrismo.

Para Consuelo Sampaio tal fato é marcado por uma curiosidade, diz ela:

“Curiosamente, enquanto se procedia a erradicação das mais poderosas oligarquias nordestinas, inaugurava-se, na Bahia, o apogeu do poder oligárquico. Para tanto concorreu a força dos canhões. Salvador foi bombardeada (10 de Janeiro de 1912). O palácio do Governo foi atingido na ala em que se encontravam a biblioteca pública, e o arquivo público do Estado”. (SAMPAIO 1978 op cit OCRB, 1919, v.XLVI, t.III, p.XIII).

No dia 10/01/1912 ao meio dia, o general Sotero de Magalhães fez saber que: “caso o governo do Estado se recusasse obedecer ao habeas corpus concedido pelo juiz federal aos congressistas filiados ao Partido Republicano Conservador, a Inspetoria da 7ª Região Militar iria intervir pela força em uma hora” (Diário de Notícias, 1912). A cidade parou e a população começou a deixar suas casas e o comércio a fechar as portas.

Sem respostas, às 13 horas e 40 minutos dois tiros de pólvora seca foram disparados do forte do Mar. O General Sotero bombardeia o Palácio do Governo e a Intendência. Os disparos foram efetuados do forte de São Marcelo, do Barbalho, de São Pedro e de Monte Serrat, as ruas do centro foram atingidas.

“De conformidade com as instruções expedidas pelo general inspetor da 7ª região militar, caso o governo do estado não retirasse a força policial do edifício da Câmara de Deputados, o Forte São Marcelo disparou dois tiros de canhão e a 1 hora e 10 minutos intimando o governo mais uma vez”. (Diário de Notícias, 17 jan.1912).

7ª região militar – O general Sotero de Meneses, inspetor da 7ª região militar, faz saber que, tendo o governo do Estado se recusado terminantemente a obedecer ao habeas corpus concedido pelo exmo sr. Juiz seccional, para que possam funcionar livremente, no edifício da Câmara dos Deputados, os congressistas convocados pelo exmo. Sr. Barão de São Francisco, presidente em exercício do Senado, cumpre-lhe, em obediência à requisição do mesmo juiz federal, aos poderes competentes da República, fazer respeitar e executar essa ordem de intervenção da força de seu comando, intervenção a que se dará início dentro de uma hora (GAZETA DO POVO, 17 jan. 1912).

A população de Salvador corria sem saber o que estava acontecendo, a cidade vivia um verdadeiro campo de guerra já que os policiais faziam disparos para todos os lados e toda a área que hoje é a Avenida Sete de Setembro foi atingida pelo bombardeio.

Em terra, os policiais do estado guerreavam com os policiais federais, todo trânsito da Capital ficou paralisado e as casas comerciais fecharam suas portas. Muitas foram as vítimas fatais desta terrível disputa pelo poder, vários corpos foram enfileirados na porta do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues que também estava fechado devido ao bombardeio.

O telégrafo também foi fechado para que nenhuma informação a capital Federal chegasse. Finalmente as 17 horas e 30 minutos uma bandeira branca foi hasteada substituindo a bandeira Nacional cessando assim às 4 horas de pânico que os soteropolitanos viveram. O bombardeio causou danos irreparáveis, tanto as perdas humanas, até hoje não se sabe exatamente o saldo dos mortos e feridos quanto ao incêndio ao palácio do governo (**Figuras 3 e 4**) onde estava instalada a biblioteca pública destruindo todas as obras raras que ali estavam inclusive os livros da época colonial, período em que a Salvador tornara-se capital do Brasil.



Figura 3. Palácio do Governo após o bombardeio – 1912.
Fonte: Obras Completas de Rui Barbosa, v.XXXIX, 1921, t.I
Reprodução de fotografia original do acervo da Fundação
Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.



Figura 4. Palácio do Governo após bombardeio 1912
Fonte: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.phpitemid=30920>

A violência instalada na capital baiana é uma marca indelével na história da cidade, pois revela que o poder estava acima de tudo e de todos. A revista Careta de âmbito nacional (**Figura 5**) informava que até o oceano estava abalado com os eventos ocorridos na Bahia.



Figura 5. O oceano se “manifesta” contra o bombardeio
 Fonte: Revista Careta, ano 5, nº 190, 20/01/1912. Acervo on-line da Fundação Biblioteca Nacional (www.bn.br).

No dia seguinte ao bombardeio, parte da população de Salvador concentrava-se em alguns pontos da cidade como a Praça do Palácio e o Largo do Teatro São João aguardando soluções para os acontecimentos. O povo baiano clamava por explicações que justificassem o bombardeio a uma capital de um país livre, republicano pelas suas próprias forças federais, visto que este deveria ser o primeiro a resguardá-las.

No dia 12/01/1912 O Diário de Notícias confirma a renúncia do governador da Bahia Aurélio Vianna e quem assume o seu posto seria o Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia o Sr. Bráulio Xavier.

Com a renúncia de Aurélio Vianna, Rui Barbosa tenta a todo custo que o Cônego Galvão assumira o governo, porém, este se recusa, pois não tinha garantia de vida. Rui Barbosa também tentou embargar a indicação de Bráulio Xavier, mas o presidente Hermes da Fonseca intervém finalizando a questão. Segundo Sarmiento (2009), os conflitos ficaram ainda mais acirrados, diz ela:

“A violência inusitada do bombardeio ficou marcada profundamente na alma da cidade, mas os tumultos não ficaram restritos às ocorrências de 10 de janeiro. Até 28 de março, quando Seabra tomou posse do governo do Estado, Salvador viveu um período de turbulência. Aurélio Viana teve que abandonar o governo (12 jan.), sob pressão de uma multidão enfurecida. Refugiou-se no consulado da Venezuela, depois fugiu à noite para o da França, onde uma comissão liderada pelo deputado Simões Filho foi buscar sua renúncia. O governo foi entregue, então, a Bráulio Xavier, presidente do Tribunal da Relação e quarto substituto do governador. Mas, com a repercussão dos eventos baianos na capital federal, especialmente pela palavra de Rui, Aurélio Viana acabou assumindo novamente o governo (21 jan.), para renunciar mais uma vez, quatro dias depois. De volta ao cargo, Bráulio Xavier organizou as eleições que, sem surpresa, deram vitória aos novos donos do poder na Bahia”. . (SARMENTO, 2009 p.98,99)

No dia 28/03/1912 ocorre às eleições para governador da Bahia com candidatos J. J. Seabra e Domingos Guimarães e no dia 29/03/1912 é feita à apuração dos votos com a vitória esmagadora do candidato do PD com 66.956 contra 2.695 do candidato do PRB.

José Joaquim Seabra foi eleito governador da Bahia para o período de 1912 a 1916. Sua trajetória a frente do estado da Bahia foi marcada por uma longa permanência no poder periodizado em dois momentos: (1912 a 1916) período das grandes intervenções urbanísticas na capital baiana e (1920 a 1924) manutenção do controle do poder político. A duradoura estabilidade de Seabra no poder é vista por (SAMPAIO,1989) como uma consequência de seu maior atributo, sua sagacidade política e sua capacidade de articular apoio.

2.3 O GOVERNO DE JOSÉ JOAQUIM SEABRA

José Joaquim Seabra, foi o 12º Governador da Bahia e ficou a frente do Estado por dois mandatos (1912 –1916) e (1920-1924). Na lacuna de 1916 a 1920 esteve no poder Antônio Ferrão Muniz de Aragão mantendo o continuísmo das políticas seabristas e o retorno ao poder do seu aliado político.

Terminando o primeiro quadriênio governamental, Seabra tratou de colocar a frente do governo estadual um fiel e devotado amigo Antônio Ferrão Muniz de Aragão. Através dele, continuaria a dispor da oportunidade de impor a sua vontade ao conjunto da sociedade e nos moldes da política oligárquica, assegurava para si o retorno ao governo. (OCRB, 1919, v.XLVI, t.III, p.XIII).

2.3.1 Período 1912 a 1916 – implementação das reformas urbanas

Em seu primeiro mandato ao governo da Bahia, Seabra deu início a um processo de reformas e urbanização da capital baiana, que trouxeram grandes implicações ao cotidiano da cidade e a vida dos soteropolitanos.

As transformações e construções implementadas por ele na cidade do Salvador foram marcadas pelos momentos de mudanças estruturais que vivia o país. Em 1903, as reformas urbanas no Rio de Janeiro, realizadas no governo de Pereira Passos serviram de modelo às demais capitais brasileiras. Muitos governantes estavam empenhados em criar uma nova identidade que apagasse a memória do passado colonial e despertasse uma nova ordem e progresso. Como ex ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Hermes da Fonseca, J. J. Seabra possuía larga experiência no que tange a administração e elaboração de um plano de reforma urbana. As mudanças empreendidas no início do século XX possuem reflexos na configuração atual do espaço urbano de Salvador.

Para implantar tais mudanças foi preciso recursos, apoio dos aliados e negociações com forças poderosas como a da Igreja Católica. Como grande articulador político que era Seabra foi hábil nas negociações para concretizar seus planos de reforma urbana em Salvador. O capital para implementação das obras pretendidas foi conseguido com os recursos do cacau e do fumo e os muitos empréstimos de origem estrangeira contraídos para assegurar a intervenção no espaço urbano de Salvador. Segundo (PINHEIRO, 2002 p.220) “A cidade expande-se e, cresce a necessidade de obras urbanas para transporte, iluminação, redes de água e esgoto e para a melhoria do porto”.

Com a cidade destruída pelo bombardeio e com a saúde pública em precariedade, Seabra realiza diversas mudanças na paisagem urbana alargando vias, calçando e arborizando ruas, destruindo monumentos, construindo prédios públicos buscando criar uma Salvador “nova” no “velho” lugar.

Tais mudanças para o embelezamento de Salvador, não foram levadas a consulta popular, porém contou com o apoio de parte da imprensa e da elite local que via neste processo de modernização da cidade vantagens pessoais com a valorização dos seus imóveis.

Que o alvião demolidor, desrespeitoso e ousado, impenitente, abra no seio da velha cidade a alegria nova de vias amplas, modernas, por onde possa circular livre e fecunda a vida feliz de um, povo forte ou custe o que custar pela remodelação da cidade unamo-nos todos numa mesma aspiração, num esforço comum ou a Bahia material que guarda ainda todos os característicos de uma cidade colonial de três séculos atrás, vai desaparecer para ceder lugar a uma cidade moderna construída sob os preceitos rigorosos do progresso. (GAZETA DO POVO, 20 e 29.06.1912).

No seu governo são criados a Imprensa Oficial e o Tribunal de Contas nos moldes do Tribunal Federal. Constrói-se a Escola Normal de Feira de Santana, o Hospício dos Alienados antigo São João de Deus é remodelado e investe-se na fundação do Hospital das Crianças. Inaugura-se o novo palácio governamental, que havia sido destruído pelo bombardeio (Palácio Rio Branco) o mesmo se dá com a Avenida Sete de Setembro que ganha o Relógio de São Pedro, o cinema São Jerônimo (demolido e transformado no cine Excelsior), a estrada de Itapoan, o largo da Mariquita, e o Museu Escola.

O próprio Seabra, ao prestar contas a Assembleia Legislativa do Estado, diz:

De referência aos melhoramentos da capital, no que entendem como as avenidas do Estado, eu vos declaro que celebrei, sob regimes diferentes três contratos, dois dos quais se acham em plena execução: O da Avenida Dois de Julho aprovado pelo decreto 1.159 de 24 de agosto de 1912 (...) O da Avenida Sete de Setembro aprovado pelo decreto 1.183 de 9 de outubro do referido ano [...] E o do Rio Vermelho a Itapoan, aprovado pelo decreto 1.243 de 4 de março deste ano [...] (SEABRA – Seção de obras da Revista do Brasil, 1913)

Com essas medidas “populares” e extremamente necessárias, Seabra agrada o seu eleitorado.

2.3.2 Período 1920 a 1924 – manutenção do controle do poder político

As informações sobre o segundo governo de Seabra são incipientes no que se refere ao seu empreendedorismo, tão presente no mandato anterior. É certo que muitas das obras iniciadas anteriormente foram concluídas na administração do então seabrista Antonio Muniz e no seu segundo mandato. Entretanto, são os conflitos políticos presentes durante todo o período do seu governo que caracterizaram sua luta na manutenção do seu poder político no Estado.

A população sofria com a carestia, o aumento dos alimentos, e do custo de vida e ao entregar o governo a Seabra em 1920, o Estado da Bahia encontrava-se com graves problemas políticos.

As disputas políticas com Rui Barbosa e seus aliados continuaram acirradas, afinal, estava em causa a manutenção de uma das mais fortes e poderosas oligarquias do país.

Rui Barbosa diferentemente de Seabra nunca ocupou o governo da Bahia e apesar de ter concorrido por três vezes a presidência da República saiu derrotado em todas elas.

O controle do Estado exercido pelo Seabrismo, não agradava os opositoristas, dentre eles Rui Barbosa, que via na intervenção constante do governo federal mais uma dificuldade de chegar ao poder. Veja o que diz Sampaio:

É na estrutura do governo oligárquico brasileiro, a hipertrofia da autoridade do poder executivo não permitia que as oposições galgassem o poder por vias normais, mas, tão somente pelas vias da intervenção federal, como ocorreu na Bahia em 1912, com Seabra e em 1924, com Francisco Marques de Góis Calmon. No plano federal a oposição só chegou ao poder através da Revolução de 1930. (SAMPAIO, 1979 OCRB, v. XLVI, t. III, p. XVIII)

As manobras políticas ocorridas neste período demonstram claramente que a depender da ligação com o governo federal tais políticos oscilavam entre a situação e a oposição. No entanto as bases estruturais do governo e da política intervencionista federal mantinham-se fortes, perpetuando o jogo político oligárquico.

O governo de Antonio Muniz no período de 1916 a 1920 foi marcado por diversos eventos, ligados ao contexto mundial, que afetaram a sociedade baiana. Sarmiento (2009, p. 113) analisando este período assim se pronuncia:

A Primeira Guerra Mundial agravava os problemas financeiros do Estado. A população sofria com o aumento do custo de vida, especialmente com os altos preços dos alimentos. Diversas categorias profissionais foram prejudicadas com a guerra, que aumentou o desemprego, fomentando a insatisfação popular.

Havia, além disso, uma onda mundial de mobilização dos trabalhadores, após as duas revoluções na Rússia, em 1917, e suas repercussões. Algumas cidades brasileiras, como São Paulo, vinham sendo sacudidas por greves e outros movimentos populares. A capital da Bahia não ficaria alheia a essa atmosfera de agitação. (SARMENTO 2009, p. 113)

Ainda é Sarmento, que ao analisar esse período afirma: “No Senado, Rui Barbosa, que havia pedido licença de saúde, compareceu à sessão especialmente para solicitar providências contra o “regime de terror” vigente na Bahia”.(idem 2009).

O Seabrismo sofre uma profunda crise interna, amargando perdas políticas importantes. Ex-Seabristas como Otávio Mangabeira e Ernesto Simões Filho passaram para a oposição sob o comando de Rui Barbosa.

A reforma da Constituição Estadual e a lei de nomeação de intendentess foram estratégias para concentrar o poder nas mãos do governador. Essa iniciativa, no entanto,(...) provocou a reação de vários “coronéis”, incomodados com a interferência nas lutas locais. Os partidários de Rui perceberam essa inquietação e convocaram esses “coronéis” para a campanha “libertadora” da Bahia. Estava formada, assim, a base do que a historiografia costuma chamar de Reação Sertaneja, Revolução Sertaneja ou Levante Sertanejo. (SARMENTO 2009, p 120)

A oposição fortalecida lançou Paulo Martins Fontes como candidato ao governo da Bahia, enquanto que Seabra, como candidato governista tentava retomar o controle do partido, bastante fragilizado após a gestão Muniz.

Em março de 1920 Seabra retornou ao governo da Bahia, mas sem o apoio do governo federal e com a oposição sistemática dos coronéis não conseguiu retomar o controle sobre a política baiana. Embora tomasse providências para reverter esse cenário com a extinção da lei dos intendentess, o seu governo entrou em declínio progressivo.

A análise das reformas empreendidas em Salvador no período de governo de Seabra será efetuada no próximo capítulo.

3 O ESPAÇO URBANO DE SALVADOR NO GOVERNO DE J. J SEABRA

Em seu primeiro governo José Joaquim Seabra deu início a um processo de reformas e urbanização da capital baiana, que implicaria em transformações profundas na configuração da cidade. A modernização idealizada e executada pelo governador da Bahia, no período de 1912 a 1916, nos revelam pontos importantes que o instrumentalizaram na criação e adaptação do Plano de Melhoramentos da cidade do Salvador, são eles: experiência administrativa, integração à ideologia dominante na época e visibilidade social das reformas.

Neste capítulo explicaremos tais pontos que no nosso entender caracterizaram o espírito reformador deste importante político da história da Bahia, sem nos determos na experiência política, já discutida em outro capítulo deste trabalho.

3.1 A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE NA PERSPECTIVA DE J. J. SEABRA

3.1.1 A experiência administrativa

José Joaquim Seabra, foi um político com larga experiência na área administrativa, como já abordado no capítulo dois. Os cargos de Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1902-1906), interinamente o Ministério de Relações Exteriores em 1902 no governo de Rodrigues Alves e os mandatos de deputado estadual e federal lhe forneceram subsídios importantes para seus planos de governo.

Como Ministro da Justiça e Negócios Interiores participou das reformas que, Rodrigues Alves, considerado um grande administrador, realizou no Brasil, remodelando os portos, ampliando a rede ferroviária e desenvolvendo obras de urbanização e modernização da cidade do Rio de Janeiro. Participar ativamente de

um governo marcado na história como o Quadriênio Progressista serviu de inspiração para o futuro governo de Seabra, que entraria igualmente para História como um período de efetivas mudanças.

Reurbanizar e sanear eram palavras de ordem no governo de Rodrigues Alves e como Ministro da Justiça, cabia a Seabra integrar e respaldar juridicamente todas essas ações. Toda essa trajetória, consolidada ainda, na sua experiência como ministro da Viação e Obras Públicas na presidência de Hermes da Fonseca (1910-1912) lhe possibilitou um vasto conhecimento capacitando-o plenamente para a implementação das Reformas em Salvador.

3.1.2 Ideologia dominante na época

A transformação de Salvador para cidade moderna foi uma preocupação desde o século XIX. Ao referir-se a este fato, Pinheiro (2002) diz “Durante todo o século XIX, implantam-se e inauguram-se, em Salvador, diferentes tipos de equipamentos, que introduzem hábitos distintos e um novo modo de vida” (p.198). Embora as intervenções urbanísticas empreendidas, Salvador adentra o século XX conservando suas características de cidade colonial. Flexor (1994) descreve a Cidade naquele período:

[...] as ruas estreitas, impedindo a livre circulação do ar e a penetração da luz, que contribuiriam para a disseminação dos miasmas (esses perigosos agentes difusores das doenças, segundo alguns dos especialistas do período); a carência de moradias provocando a proliferação de cortiços e outros tipos de habitações populares insalubres; a inexistência de um serviço de abastecimento de água e captação de esgotos eficientes e extensivos a todo o perímetro urbano [...] (FLEXOR 1994. p. 1)

É ainda no início do século XX, que o espírito de modernização tomou conta de várias cidades brasileiras tendo como origem as reformas empreendidas no Rio de Janeiro a partir de 1903 com Pereira Passos que serviram de modelo às demais capitais brasileiras. A necessidade de adequar a capital brasileira a este novo momento tornou-se um desafio para o governo republicano que sonhava em fazer do Rio de Janeiro uma Paris tropical, movido pela necessidade de criar uma nova identidade que apagasse a memória do passado colonial e despertasse uma nova ordem e progresso, desejo acalentado por muitos governantes, os símbolos nacionais foram recriados com o objetivo de transmitir este novo momento aos

brasileiros. O mundo também vivia momentos de transformações e otimismo no campo das ciências, artes, moda e cultura e a França especialmente vivia o momento da Belle Époque.

As transformações e construções pretendidas por Seabra na cidade do Salvador, durante seu governo, foram marcadas pelos momentos de mudanças estruturais que se vivia no país.

Outras cidades brasileiras como Salvador, buscavam seguir os moldes da capital da República afrancesando seus costumes e hábitos. Construir, porém, uma fachada moderna nas cidades necessitava de reformas urbanas efetivas, transformando locais insalubres ocupados e abandonados em bairros elegantes e urbanizados. (FLEXOR 1994. p. 1)

A derrubada de monumentos para alargar as ruas da cidade (**Figura 6**) tinha como pretexto a política higienista e a ideologia civilizatória da época e o objetivo de deixar Salvador parecida com as cidades europeias, símbolo de modernidade e urbanização bem sucedida.



Figura 6. Demolição da Igreja de São Pedro

Fonte www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/sao-pedro-antiga.htm

A modernização da cidade do Salvador, nos anos iniciais do século XX, não era, pois, um fenômeno isolado como bem afirma Flexor, (1994, p.2).

O novo regime republicano brasileiro permitiu que os governos regionais buscassem capitais e financiamento estrangeiros, possibilitando a transformação das principais cidades como Belém, Fortaleza, Porto Alegre, São Paulo, e nesta a cidade portuária de Santos, e Rio de Janeiro (1902-1906) que, como capital do Brasil, serviu de modelo às demais. Justamente o período dos fins do século XIX, e princípios do XX, foi o marco da intervenção massiva do Estado no espaço urbano. Isto significava a busca da ordem e do progresso, através do trabalho e harmonia estética, qualificativos de povo civilizado. (FLEXOR,1994, p.2).

Vasconcelos (2002) ao analisar o período da República Velha caracteriza-o como o da europeização de Salvador e considera as reformas urbanas empreendidas por J. J. Seabra como haussmanianas.

Salvador, apesar de ser considerada pelos viajantes europeus como possuidora de uma das mais belas paisagens e uma baía deslumbrante, estes, ao entrarem na cidade e participarem do cotidiano local percebiam suas deficiências principalmente na questão da higiene.

Mesmo possuindo certa importância política como primeira capital do Brasil, Salvador não conseguiu realizar uma reforma sanitária bem sucedida, as taxas de mortalidade eram altas, revelando as precárias condições de saúde que a população da cidade apresentava. “Higienistas baianos lutaram para disseminar a ideia da reforma, mas encontraram uma vigorosa resistência da parte de um establishment médico conservador e de um ambiente político e intelectual hostil (ou indiferente) às ações no campo da saúde pública”. (SANTOS, 1998, p 1).

Desde 1838, a cidade do Salvador já possuía um Conselho de Salubridade, com o objetivo de vacinar a população contra a varíola e a febre amarela. Esta medida visava diminuir as epidemias que assolavam a cidade.

Há outros fatores que colaboram com a insalubridade. O problema não está só nas pessoas, que não respeitam as “posturas”, mas também na própria cidade, que vive num estado precário de salubridade pública, com infraestrutura deficiente, sem higiene nas casas e numa situação de miséria, criando um ambiente propício para a aparição e a propagação de epidemias. (PINHEIRO, 2002 p. 210)

A criação e modernização de hospitais e centros de saúde, promovidas pelo novo governador da Bahia e as políticas públicas para saúde esbarravam nas birras partidárias. As oligarquias baianas não chegavam a um consenso na aprovação de leis travando a consolidação de programas e serviços de saúde. Mais uma vez entrava em cena o articulador político Seabra, revertendo tal situação.

Em 1912 ao assumir o governo, J. J. Seabra criou um projeto de reforma sanitária, que virou lei fazendo alguns progressos na saúde pública. Segundo Santos (1958 p 15.): “A reforma baiana invadiu a jurisdição municipal na inspeção sanitária de edifícios públicos e privados e na vacinação. Esses serviços, até então tarefa municipal tornaram-se responsabilidade estadual”.

A dificuldade em ampliar o serviço de saúde ao interior emperrava na política dos coronéis que via nesta tarefa uma interferência do governo na administração dos recursos destinados a saúde local. Seabra construiu em 1915 o Instituto Bacteriológico, que foi criado para pesquisas e preparação de vacinas e soros. Todas essas medidas visavam a higienização e modernização da cidade.

As ações higienistas do governo de Seabra contaram com figuras importantes. Em 1916, a publicação do Relatório de Viagem dos médicos Arthur Neiva (este, baiano e pesquisador de Manguinhos) e Belisário Pena lançou novas denúncias sobre as condições de isolamento e pobreza das regiões sertanejas da Bahia (SANTOS,1998, p1). Theodoro Sampaio engenheiro e urbanista destaca-se nestas ações higienistas como responsável pelas propostas de abastecimento de água de Salvador, do saneamento da Capital.

Em 1904 o sistema de abastecimento de água de Salvador era precário, somente 1/5 da população dispunha de abastecimento de água canalizada, foi quando Theodoro Sampaio apresentou ao Conselho Municipal a proposta de saneamento da Capital (COSTA,1996, p. 846). Em linhas gerais seu projeto propunha a reforma do sistema existente e a implantação de um serviço novo.

Nessa época, os serviços de água eram privados e para a execução do projeto fez-se necessário que o município encampasse os serviços da Companhia do Queimado, entretanto o projeto só foi em parte viabilizado entre 1912 e 1916 quando este serviço passou para o governo estadual. As reformas no serviço de água antigo alterou o plano primitivo da Companhia do Queimado e Salvador foi dividida em três áreas de atendimento: a zona baixa compreendendo o Comércio, o Porto e os bairros da Calçada, Mares e Itapagipe; a zona média englobando as depressões e vales da Cidade Alta e a zona alta com a Cidade Alta e os bairros da Barra, Rio Vermelho,Boa Vista, Pitangueiras e Brotas. Já o sistema novo objetivava a construção de quatro represas que com as reformas das represas da Mata Escura e do Queimado poderiam aumentar para 30 milhões de litros de água diários o abastecimento de água para a Cidade do Salvador (**Figura 7**).



Figura 7. Companhia do Queimado
Fonte: Acervo Embasa

As disputas políticas inviabilizaram muitas das propostas de Theodoro Sampaio, é o caso do saneamento da Capital. O aspecto financeiro e as divergências técnicas sempre estiveram presentes nas decisões, uma vez que, as preocupações de Theodoro Sampaio iam além das questões dos esgotos dizia ele [...] “o saneamento de uma cidade deve começar pela unidade urbana, a habitação. Não há saneamento possível quando os costumes e as habitações do povo não obedecem a condições sanitárias e não se modificam em seu Influxo”. (op. cit. COSTA, 1996 p. 850).

Verifica-se dessa forma que a política higienista tão acentuada nas reformas urbanas do Rio de Janeiro era também uma marca no governo da Bahia neste período. A derrubada de cortiços e monumentos, desapropriações, aberturas viárias e expulsão dos pobres de áreas do centro se diziam necessárias para a efetivação das propostas pretendidas por Seabra. Segundo Pinheiro, (2011 p.214) a reforma urbana no período de 1912 - 1916 realizou-se, sobretudo na área central, um espaço densamente povoado, o que explica as desapropriações realizadas por aquele governo.

Destarte, fica claro que o projeto de modernização para Salvador implantado por Seabra tinha como princípio norteador uma política higienista e branqueadora da população.

3.1.3 Visibilidade social das reformas

Os problemas estruturais de Salvador, negligenciados por anos pelos seus adversários políticos, serviriam agora ao recém-governador como forma de visibilidade e amplitude política, que não desperdiçou tal oportunidade e com a sagacidade que lhe era tão característica colocou em prática o plano de urbanização da cidade do Salvador. São suas, (SEABRA 1913) as palavras abaixo:

Onde descansam os olhos são obras, avenidas que se rasgam, ruas que se alargam, paços que se levantam grupos, casas, pavilhões e jardins que vão surgindo. Aqui um muro, ali calçadas e mais perfeitos revestimentos, adiante uma fachada, uma cúpula, uma torre, uma agulha, ora na orla do mar que se afastou, ora para dentro dos meios fios recuados, umas do Estado outras da União, estas do município e aquelas de particulares ou empresas diferentes todas senão do povo, para o povo, para a sua alegria e para o seu trabalho e para sua existência e para seu orgulho, tudo é o movimento e a inquietação de melhorar, o forte desejo do progresso a que não mais refogem os desanimados de outrora, convertidos de súbito, associando a nosso o seu esforço em operários de grande transformação que somente a inveja não aplaude e a maldade não festeja, (SEABRA – Seção de obras da Revista do Brasil, 1913).

Durante o seu governo são criados e reformados diversos órgãos estaduais e municipais, escolas, museus, hospitais, porto, mercados, ruas, avenidas, praças, infraestrutura, transporte público, universidades, institutos, cinema, estradas e largos. Todas estas melhorias visavam reconstruir uma nova cidade baseada nos preceitos positivistas da época: Ordem e Progresso! A cidade era um verdadeiro canteiro de obras.



Figura 8. Rua Visconde de Mauá (Ladeira da Montanha)
Fonte Acervo: Arquivo Público

Em 1914 Seabra dava conta das "Novas construções - a Avenida Sete de Setembro, o Instituto de Hygiene, a Imprensa Official, o primeiro quartel da villa Policial do Estado, a parte central e segunda ala do palacio da residencia do Governador da Bahia, a Garage do antigo Passeio Público, a entrada do departamento do quartel de Cavallaria, o Museu-Escola, o Pavilhão de Ondina, o pavilhão Kroepelin, o pavilhão de Tuberculose, estes dois a casa de residencia do diretor, no hospício S. João de Deus, as fachadas do Rosario, da Capella e do Convento das mercês, o palacio do Congresso, este, ainda, em alicerces. Adaptações - O palacio do Governo, à praça Rio Branco, os muros e a instalação das gradarias da rua da Victoria, o novo Hospital de Mont'Serrat, as quatro enfermarias novas do Asylo S. João de Deus, o Parque e obras de saneamento deste Hospício. Reparções - na Penitenciaria do Estado, no Quartel dos Affictos, na Directoria das Rendas, no Instituto Nina Rodrigues e no Desinfectorio Central, além de pequenos concertos"... SEABRA, 1914, p. 72-73 .

A elite baiana queria romper com o passado colonial, a população em geral ansiava por melhoramentos que contemplassem higiene, transporte e calçamento, a maioria, pois aprovava as reformas encetadas pelo governo e a imprensa da época, no dizer de Pinheiro (2002 p. 216) "favorável às reformas e sua fiel defensora, ajuda a doutrinar a população, apesar da necessidade de sacrificarem-se alguns conjuntos urbanos e monumentos isolados, o que revela uma insensibilidade e uma aversão em relação à Salvador colonial".

Com medidas tão populares e extremamente necessárias, o novo governador agrada o seu eleitorado demonstrando experiência administrativa e conhecimento da urbe. Entretanto, a aprovação ao plano de governo não era unânime. No interior do Estado a oposição de vários "coronéis" esteve presente na rejeição da Lei dos Intendentes que terminou sendo revogada em face dos enfrentamentos políticos e administrativos que gerou. Na Capital, as reformas bateram de frente com o poder da Igreja.

Notório é o protesto provocado pelo abade de S. Bento quando da abertura da Avenida Sete de Setembro. A demolição do Mosteiro foi sustada e apenas parte da construção deu lugar à reforma em andamento (**Figura 9**).



Figura 9. Igreja de São Bento antes das intervenções de J. J. Seabra
 Fonte: Foto de Marc Ferrez 1884. Acervo do Arquivo Público

A importação de mão de obra, sobretudo a especializada, foi motivo de veementes protestos pelos trabalhadores baianos, algumas greves ocorreram e os recursos minguaram provocando revisões nos planos originais.

As barreiras a transpor para implantar seu plano de melhoramentos na cidade são cada vez maiores, pois necessitava uma grande articulação política que aprovasse as obras pretendidas.

3.2 O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE SALVADOR

Criar uma nova Salvador, aos moldes das grandes e modernas capitais mundiais era a grande pretensão do governador da Bahia J. J. Seabra. Imprimir o modelo de civilidade e modernidade destes grandes centros urbanos rompendo com o passado colonial de Salvador era a sua meta. A mentalidade da época era reforçada por toda a ideologia higienista, civilizatória servindo de base para todas as justificativas intervencionistas no espaço urbano.

Segundo Puppi (2009)

[...] dois projetos principais foram concebidos para o centro de Salvador: o projeto Melhoramento de Partes da Cidade de Salvador, que prevendo drásticas alterações do tecido urbano existente foi mantido no papel; e o projeto Melhoramentos da Sé, que preservando a antiga estrutura urbana e realizando basicamente apenas o alargamento das vias principais do centro e dos bairros nobres do sul, foi o principal respaldo das alterações urbanas do período. (PUPPI, 2009, p 1)



Figura 10. Projeto de melhoramentos na cidade do Salvador pelo engenheiro J. T. de Alencar Lima - perspectiva (1910)
Fonte: Pinheiro 2011 p 220

O plano de urbanização de Seabra previa alargamento de ruas, demolições de casas antigas, quarteirões, ampliação do Porto de Salvador, construção de quebra-mares e aterros e o traçado de uma grande avenida unindo o Campo Grande à praça Castro Alves. Veja o que diz Pinheiro (2002).

Uma cidade colonial, com seu típico traçado urbano, tem a circulação de pessoas e de mercadorias dificultada pelo intrincado de suas ruas e pela morosidade de seus meios de transporte. Com a introdução de uma nova ideologia capitalista, entende-se que Salvador tem de mudar sua estrutura para facilitar a ligação entre o porto, elemento importante dentro de uma economia agro exportadora, e seu hinterland, através do trem e de avenidas que facilitem os acessos. (Pinheiro 2002 p.222).

A necessidade de converter Salvador em uma cidade organizada, com fluidez, vias amplas com pontos de comunicação entre o centro e as zonas mais afastadas, transportes públicos mais eficientes, mobilidade, habitação tornavam-se pontos importantes para o poder público.

De referência aos melhoramentos da capital, no que entendem como as avenidas do Estado, eu vos declaro que celebrei, sob regimes diferentes três contratos, dois dos quais se acham em plena execução: O da Avenida Dois de Julho aprovado pelo decreto 1.159 de 24 de agosto de 1912 [...] O da Avenida Sete de Setembro aprovado pelo decreto 1.183 de 9 de outubro do referido ano [...] E o do Rio Vermelho a Itapoan, aprovado pelo decreto 1.243 de 4 de março deste ano [...] (SEABRA - Seção de obras da Revista do Brasil, 1913)

Era o progresso e a civilização que chegava a capital baiana de acordo com a mentalidade da época, principalmente da elite que enxergava nestas propostas uma forma de manutenção de privilégios e instrumento intelectual para a conservação da

auto imagem, afinal, o pensamento civilizatório da elite letrada da época de hierarquia e superioridade seriam preservados.

Acompanhando o espírito moderno empreendido no Rio de Janeiro, as elites soteropolitanas consideravam que era preciso modernizar o antigo e principal centro do Brasil colonial, mesmo que este processo não correspondesse a uma alteração total da realidade. Os baianos viam isto como um impulso de desenvolvimento que estabeleceria a entrada de Salvador no quadro de progresso nacional, integrados especialmente pelas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. (PUPPI, 2009 p. 2)

O plano de urbanização contemplava intervenções efetivas em duas áreas de Salvador: A Cidade Baixa com a ampliação do porto e o alargamento das vias e o da Cidade Alta com embelezamento das praças, jardins e largos, calçadas, levantamento de paços e ampliação de ruas. Dessa forma o governador tentava pensar a cidade como um todo, apesar de não conseguir abarcar a totalidade das suas pretensões, devido os entraves financeiros e as retaliações políticas que sofria.

No período, a cidade possuía cerca de 70 reconstruções e 447 construções com datas previstas para a inauguração o que exigia celeridade das desapropriações. Um fato que atrapalhou o processo pretendido por Seabra foi a dificuldade de mão de obra operária e especializada para desenvolver as reformas urbanísticas na capital baiana. Muitos materiais foram importados para o embelezamento de Salvador, aumentando ainda mais os gastos públicos. A população carente era retirada de suas casas para dar espaço as novas ruas e avenidas que estavam sendo construídas. Em mensagem de abertura da 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura – José Joaquim Seabra, governador do Estado. Bahia: Seção de obras da Revista do Brasil, 1913) disse:

Foram muitas em 1913 as obras em andamento no estado principalmente nesta capital. Na atividade fabril de uma cidade que se renova, resgatando pela ânsia de construir e edificar, a incúria do passado, ainda agora que a crise lhes fez diminuir a intensidade e algumas fez estacar, tudo onde descansam os olhos são obras- avenidas que se rasgam, ruas que se alargam, paços que se levantam, grupos, casas pavilhões e jardins que vão surgindo (...) (Seção de obras da Revista do Brasil, 1913)

3.2.1 O plano de melhoramento da cidade baixa

As reformas do Porto de Salvador foram iniciadas no governo do presidente Rodrigues Alves, período em que Seabra ocupava o Ministério e interveio diretamente para tal realização. O contrato para a construção do porto foi assinado

pelo Governo Federal e a Companhia Cessionária das Docas da Bahia em 1906 (Porto de Salvador 50 anos CODEBA 1963) porém, as obras andavam bem lentas e pouca coisa tinha sido realizada. Enquanto ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Hermes da Fonseca, J. J. Seabra, mas, uma vez tenta resolver os problemas que dificultavam o andamento dos trabalhos. Após seu intenso empenho, 200 metros de cais foram construídos e inaugurados solenemente pelo então presidente Hermes da Fonseca. Ao assumir o governo da Bahia, J.J Seabra dá continuidade as obras.



Figura 11. Aspectos do Porto de Salvador antes das reformas
Fonte: Acervo da CODEBA Autor desconhecido

Na reforma proposta por José Joaquim Seabra, a modernização do porto era concebida como a obra de grande relevância de seu governo, centro do plano de intervenção urbana. É o que podemos depreender da mensagem do governador a Assembleia Legislativa da Bahia:

“Maior que todas pela sua utilidade, pela sua grandeza, pelo caráter do seu plano, pelo volume do seu custo, pela importância do seu destino, as do Porto, obras monumentais que como Ministro muito impulsionei e como governador deste Estado, tive a satisfação de ver inaugurada, a 13 de maio do ano último, em 532 metros de cais pronto, parte na extensão de 332 metros para grandes navios, o restante para cabotagem com três armazéns a servir e do mesmo modo que o cais convenientemente aparelhado”.(SEABRA, p.74)

Seabra criou e executou o plano de Preparação do Porto diretamente ligado ao Plano de Melhoramentos da Cidade Baixa daí, as obras realizadas nessa área foram executadas em função desse projeto.

Importante assinalar que, o Plano de Preparação do Porto foi projetado na referência da ideia de progresso, aos moldes dos melhores centros de comércio.

“Trata-se já de aterrar a área compreendida entre o cais e o litoral e dentro de curto prazo serão levantados os armazéns da área conquistada ao mar, iniciando-se desde logo a exploração comercial do porto. Esta área será dividida em quarteirões separados entre si por espaçosas ruas que facilitarão a pronta saída de mercadorias. Isto, porém de nada serviria se a nossa Cidade Baixa, com suas ruas estreitas e sinuosas, não fossem igualmente modificada, de forma a corresponder ao plano aprovado, apresentando por sua vez ruas largas correspondentes aquelas”.(SEABRA, p.58)

Modernizar o Porto e operar uma reestruturação urbana na região portuária da cidade era fundamental, dada a condição de Salvador como cidade comercial cujos produtos de exportação - cacau e fumo - dependiam de um sistema eficiente de distribuição das mercadorias. Tal reforma, porém implicava em um grande equilíbrio orçamentário que segundo Seabra estava dentro do capital previsto.

“Todos estes melhoramentos fazem parte hoje do plano de preparação do porto e suas despesas correm por conta do 2% ouro. A renda proveniente desta taxa , bem como as dos trapiches que forem desapropriados e as verbas especificadas no contrato da Companhia Cessionária, que não tiveram aplicação fornecem os recursos para a execução destes trabalhos”. (SEABRA, p.58)

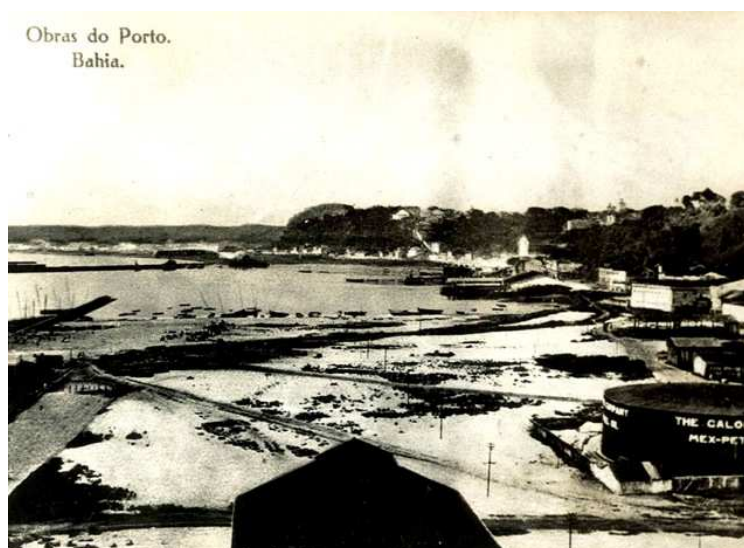


Figura 12. As obras de reforma do Porto
Fonte: Acervo da CODEBA Autor desconhecido

Pinheiro (2002 p.218) ao analisar a origem dos recursos utilizados para reestruturação do porto cita Boccanera Junior:

A responsabilidade das obras está a cargo da Companhia Cessionária das Docas da Bahia, que tem um contrato assinado com o Governo Federal, desde o governo de Rodrigues Alves. Em 1911, entretanto, ainda continuam totalmente paralisadas. Seabra retoma essas e outras obras também na Cidade Baixa, promovendo desapropriações e demolições para o alargamento e o alinhamento de algumas ruas e a abertura de outras. “Não

lhe tivessem faltado os recursos, agravados pela guerra europeia, e teria realizado todo o seu plano, de alto empreendimento, de remodelação desta capital, transformando a physionomia da colonial cidade de Thomé de Souza.” (PINHEIRO, 2002 op cit Boccanera Júnior, 1921, p. 182)

A grande Guerra em 1914 prejudica a solicitação de empréstimos estrangeiros, ocasionando dificuldades para a continuidade das obras. Seabra, então resolve pedir ajuda ao povo e através de apólices de baixo valor e assegura recursos para a continuidade das obras.

O Porto de Salvador quando inaugurado, em 13 de maio de 1913 contava com 532m de cais e três armazéns para receber grandes barcos. As melhorias tiveram continuidade e:

Finalmente, em 1923, já são 1.378m de cais para atracar, 220m de cais de cabotagem, mais de 1.500m de quebra-mar interno e externo. Dos equipamentos, há 8 armazéns internos, 1 externo, 1 para infláveis, 15 guindastes com 1.200m de trilho e 3.450m de linha de trem no cais, pavimentação, iluminação, rede de esgoto, rede de abastecimento de água, depósito de carvão etc. (CODEBA/CEAB, [197-] p. 538-542 1963).



Figura 13. Inauguração do Porto
Fonte: Acervo da CODEBA Autor desconhecido

Paralelo aos avanços do porto, J. J. Seabra ampliou as melhorias para as áreas adjacentes da cidade Baixa e com o apoio da Associação Comercial intervém neste espaço, demolindo edificações e ampliando ruas. A abertura de uma via de 20 metros de largura entre o Mercado do Ouro e a Jequitaiá (atual Avenida da França) possibilitou o acesso bem como o fluxo de mercadorias do Porto.

Uma área de propriedade da Companhia Imobiliária da Bahia é dividida em lotes, separados por amplas ruas dando origem ao Bairro das Nações (formada pelas ruas com nome dos países na cidade baixa). Como parte do contrato a Companhia teria como obrigação arborizar, pavimentar, implantar infraestrutura de redes de água, esgoto e iluminação.

Várias ruas da Cidade Baixa passam por tal processo, no entanto três em especial, como diz Pinheiro (2002 p.237)

Três de suas principais ruas passam por esse processo. Nas duas primeiras, a Nova das Princesas e a Nova do Comércio, sentido Alfândega/ Associação Comercial, derrubam-se as construções do lado da terra, pois as edificações do outro lado são do século XIX. Uma vez acabadas as obras, os edifícios são reconstruídos de acordo com o novo “espírito moderno”. A Rua de Santa Bárbara, perpendicular às demais, é alargada para a obtenção de uma melhor união entre o porto, em construção, e a Cidade Alta, através da Ladeira da Montanha, que apresenta as melhores condições técnicas para se chegar ao alto da escarpa. O governo modifica a Cidade Baixa (PINHEIRO 2002 p.237)

As melhorias na Cidade Baixa não param por aí, diversos aterros foram realizados modificando toda a paisagem e possibilitando a acessibilidade naquela área. Para Seabra, a ligação existente, entre a Cidade Baixa e o bairro populoso de Itapagipe, feito por uma única via, impossibilitava a passagem de bondes e carroças sendo paralisado a cada instante com obstrução das vias públicas. Era necessário alargar as ruas para ordenar a cidade. Assim a Cidade Baixa e a Península de Itapagipe são ligadas por uma nova e ampla avenida a atual Frederico Pontes. Vê-se nas **figuras 14 e 15** algumas das reformas na Cidade Baixa.



Figura 14. Praça Marechal Deodoro



Figura 15. Avenida Jequitaia

Fonte: <http://maisdesalvador.blogspot.com.br> – 2011.

Todas essas intervenções remodelaram e embelezaram a Cidade Baixa que perde o seu aspecto antigo e ganha ares modernos. Toda essa remodelagem buscou normatizar as habitações e os comportamentos individuais e coletivos.

3.2.2 As Reformas Urbanas na Cidade Alta

O Plano de Melhoramentos da Cidade do Salvador elaborado por Jerônimo Teixeira de Alencar Lima (**Figura 10**) contemplava a remodelação da Cidade Alta fundamentado na necessidade de criar uma forte infraestrutura como base de toda a reforma pretendida. A higiene nas ruas, o saneamento básico, trânsito urbano, abertura de avenidas, calçamentos, arquitetura moderna, iluminação, ruas largas e ventiladas tudo o que necessitava uma cidade moderna pela concepção higienista e civilizatória da época. Entretanto, “o projeto executado é uma nova versão do projeto de Alencar Lima de 1910” Pinheiro (2002 p 230), que como os demais planos apresentava como prioridade a abertura de uma larga avenida ligando a praça do Teatro à povoação do Pereira. Os engenheiros responsáveis pelas reformas foram Alencar Lima e Souza Mendes.

O projeto de reforma da Avenida Sete de Setembro expressou a visão urbanística de seus mentores. Eram engenheiros que pensavam a ordenação urbana da cidade pela retificação de suas vias e pelo pouco respeito para com a tradição da cidade, seja ela expressão no campo da natureza ou da cultura. Com o capital adquirido, Seabra deu início a abertura da Avenida Sete de Setembro, entre a Ladeira de São Bento e a Barra.

Muitas desapropriações, demolições e intervenções ocorreram nesta área. Entre a Igreja de São Pedro e a Praça do Campo Grande diversos prédios importantes na cidade foram demolidos entre eles a Igreja de São Pedro Velho. Outros são parcialmente demolidos e ganharam um novo estilo arquitetônico como o edifício do Senado do Estado atual Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, parte da Igreja do Rosário de João Pereira (ou dos brancos) e do Convento das Mercês. O Relógio de S. Pedro ocupa o centro da Praça Rio Branco. Fotos dessa época possibilitam visualizar o processo de abertura da avenida.



Figuras 16 e 17. Ladeira de São Bento e as intervenções de J. J. Seabra
Fonte Acervo do Arquivo Público



Figura 18. Relógio de São Pedro

Fonte Acervo do Arquivo Público



Figura 19. Palácio do Senado

Fonte Acervo do Arquivo Público



Figura 20. Rua das Mercês

Fonte Acervo do Arquivo Público



*Vista geral da Avenida Sete de Setembro (trecho do Corredor da Vitória) no início do século XX.
Fonte: ALMEIDA, Maria do Carmo B. E. A Villa Catharina, a alcândora baiana. In: JORDAN, Kátia Fraga et alii;
De Villa Catharina a Museu Rodin da Bahia 1912-2006: um palacete bahiano e sua história.
Salvador: Solisuna Design & Editora, 2006.*

Figura 21. Corredor da Vitória

Fonte Acervo do Arquivo Público

A abertura da Avenida Sete tinha como justificativa a criação de um vetor que liberasse o fluxo da Sé. Diz Pinheiro:

O traçado da avenida projetada tem um total de 4.600m de extensão, 21m de largura com 3m de calçada, com exceção da ladeira que dá acesso à Barra, cuja largura permanece com as dimensões originais. Em 1916, a avenida tem 82.800m² de asfalto e está equipada com tubulações para as redes de água, esgoto, águas pluviais e instalações para a iluminação elétrica. Uma parte está localizada no Distrito de São Pedro, em seu eixo longitudinal, numa área antes ocupada por uma parte da elite econômica e intelectual da cidade, e que sofre um intenso processo de empobrecimento,

A Avenida Sete de Setembro é considerada por Pinheiro (2002 p.228) como a obra de maior importância do governo de Seabra. Já Teixeira (www.cidteixeira.com.br) acredita que a maior das alterações ocorridas se deu no Campo Grande com o corredor de casas e “invasão dos colarinhos brancos”. É de (Pinheiro 2002) a **figura 22** com o traçado da avenida Sete e suas áreas de demolição.

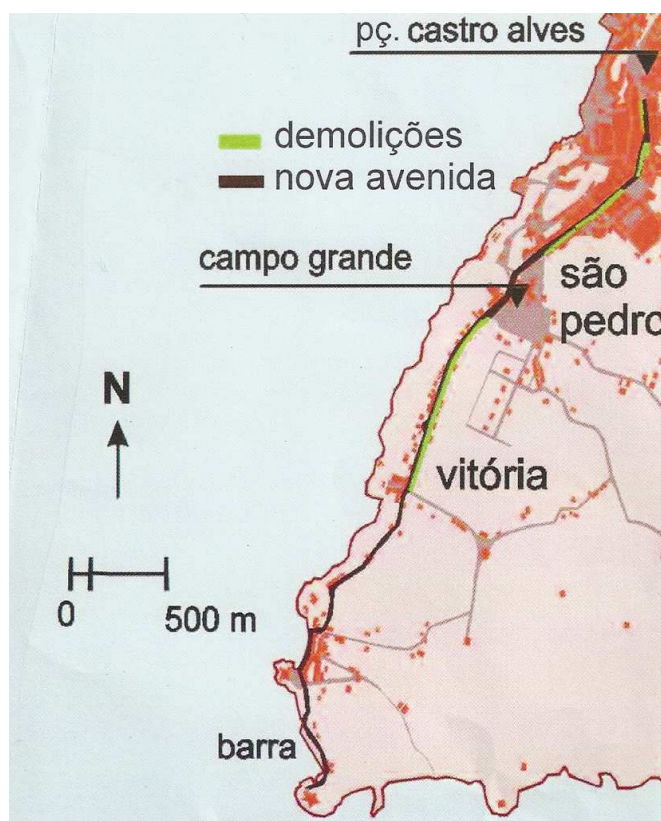


Figura 22. Mapa do traçado da Avenida Sete – 1913.
Fonte: PINHEIRO 2002 p 239

Outro ponto da Cidade Alta afetado pelas reformas empreendidas por Seabra é o Distrito da Sé, A Igreja Sede é o ponto de divisão do distrito e pelo plano de intervenção deveria ser demolida, junto com o palácio Arquiepiscopal e todas as edificações da Rua do Arcebispo. Por falta de verbas esta parte do projeto não foi levada a frente.

A Rua da Misericórdia sofre diversas demolições com o intuito de alargar as ruas e abrir espaço. Diário de Noticias de 13 de junho de 1912:

A freguesia da Sé, que está bem no coração da cidade, deve ser o primeiro. De ruas estreitas sem alinhamentos de beccos immundos, de sobrados escuros, datado dos tempos da colônia, a freguesia da Sé, como ali está, precisa desaparecer.

Entre a Praça do Conselho e a Praça Castro Alves ocorreram muitas demolições para que a rua Chile fosse alargada. A Igreja da Ajuda também é demolida, e a rua ganha seu nome, a pavimentação das ruas é refeita e a cidade vai ganhando contornos e aparência de uma cidade moderna.



Figura 23. Foto da Praça Tomé de Souza e Rua Chile
Fonte: Arquivo Publico

Das intervenções realizadas na Praça do Conselho destaca-se a reconstrução do palácio do Governador avariado pelos bombardeios e a construção do Arquivo do Estado e da Biblioteca Pública.

A cidade estava em plena construção de praças, jardins, parques, banheiros públicos, Vila Policial, Instituto Vacinogênico e o Hospício São João de Deus. Vias foram abertas como a litorânea entre Rio Vermelho e Itapoã, A Avenida Oceânica do Farol da Barra à Praia da Paciência (**Figura 24**).

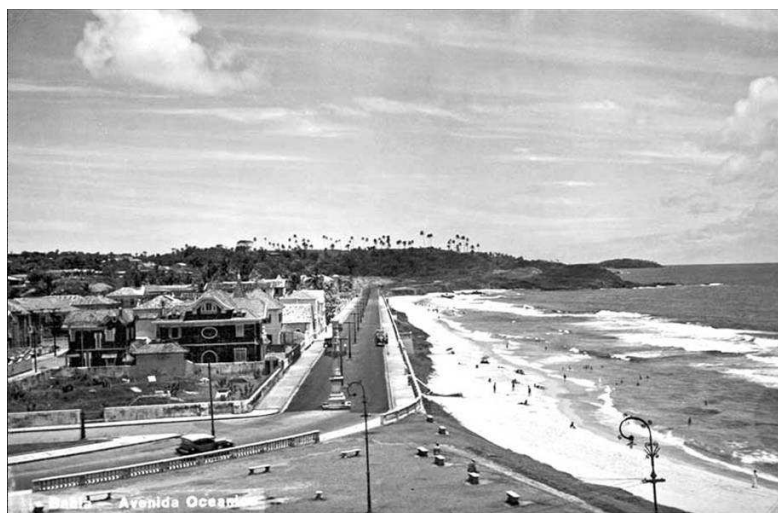


Figura 24. Av. Oceânica – Ondina Rio Vermelho
Fonte Arquivo Público

Implementou-se também obras no largo da Mariquita e no Jardim da Graça visíveis nas **figuras 25 e 26**.



Figura 25. Obras no Largo da Mariquita

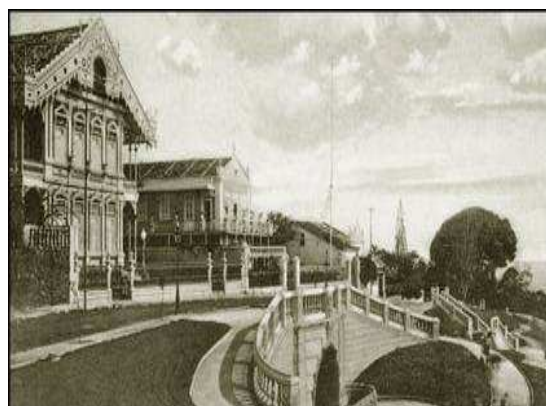


Figura 26. Jardim da Graça

Fonte: Arquivo Público

O remanejamento da população para locais distantes que ainda não contavam com obras de saneamento básico, transporte, luz e água demonstrava claramente a segregação na cidade e o descaso para com aqueles menos favorecidos, reforçando que as obras buscavam mais o embelezamento e a estética das cidades do que propriamente a saúde e o bem estar da população. A cidade colonial dava lugar ao aparecimento de uma Salvador moderna, remodelada, com avenidas, calçamentos, praças edifícios fazendo os baianos acreditarem na ruptura com o passado.

A análise desse período histórico da Cidade do Salvador demonstra que o principal destaque da administração de J.J Seabra foram as constantes intervenções no espaço público e privado da cidade, a partir da concepção de progresso da época que rejeitava o passado, pois, o considerava como um atraso e símbolo do conservadorismo. Salvador só veio a conhecer outro boom urbanístico semelhante, na década de 1970, com a criação das avenidas de vale e da construção da Paralela que facilitaram a mobilidade da cidade e a criação do vetor norte de expansão da Cidade.

Um mapa (**Figura 27**) com a localização das principais obras do governo de J. J. Seabra permite visualizar a distribuição dessas reformas na Cidade do Salvador.

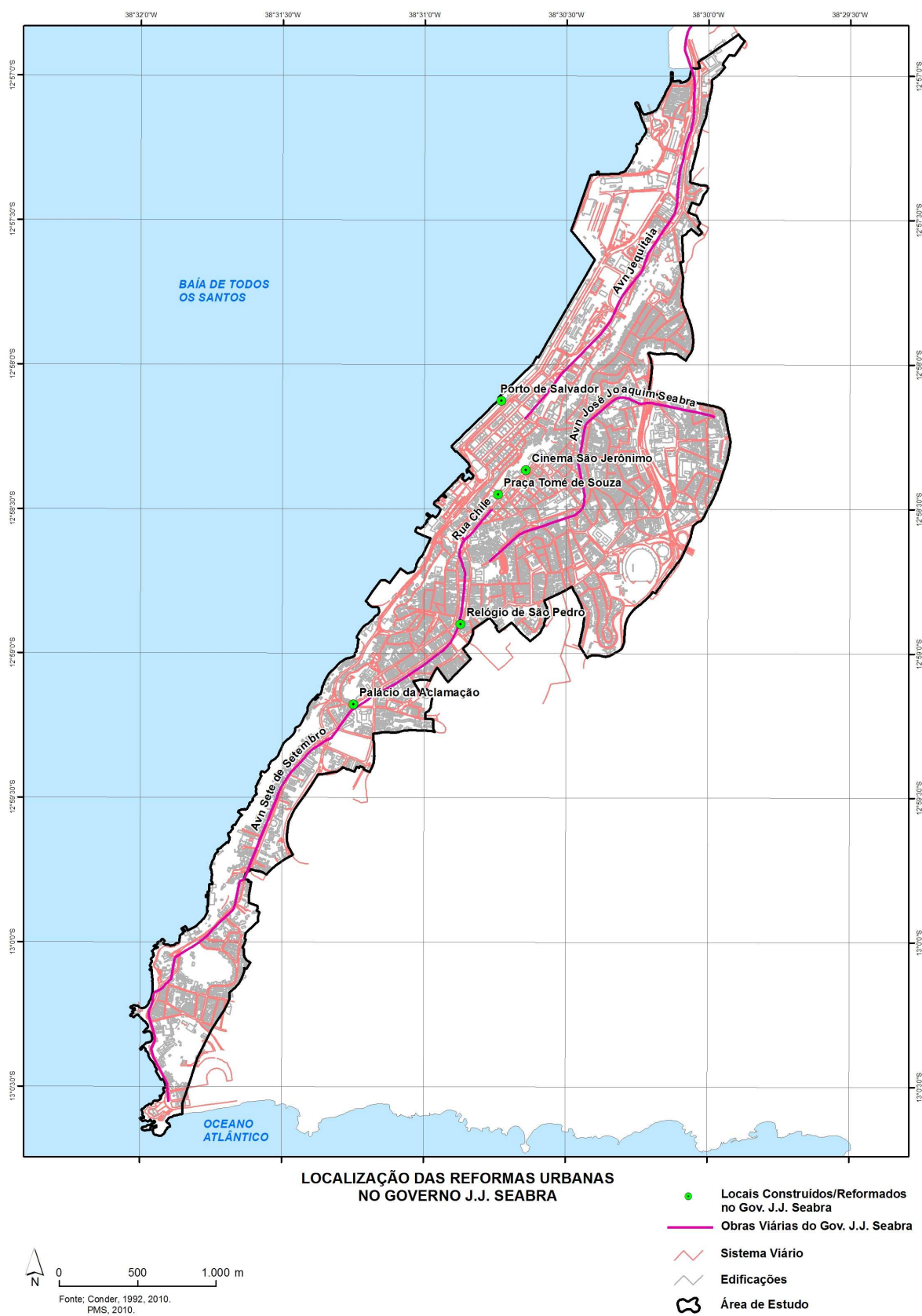


Figura 27. Mapa de localização das reformas urbanas de Seabra no Centro Tradicional de Salvador.

3.3 OS AGENTES SOCIAIS DA REFORMA URBANA

Vasconcelos (2002 p.262-276) analisa a importância dos diferentes agentes sociais no período denominado República Velha (1889/1930), espaço temporal em que o governo de J. J. Seabra está inserido (1912/1916 e 1920/1924). Este autor identifica como “principais agentes responsáveis pela transformação de Salvador, o Estado e os Agentes Econômicos”. A Igreja por sua vez, tem seu papel diminuído em função da Constituição de 1891. Com base na análise de Vasconcelos, estabeleceu-se um quadro (**Quadro 1**) desses agentes identificando-os no período analisado nesta pesquisa.

Quadro 1. Atuação dos agentes sociais no governo de J. J. Seabra.

AGENTES SOCIAIS	NÍVEIS DE ATUAÇÃO	REPERCUSSÕES
ESTADO	Federal	Criação do Tribunal Superior de Justiça (1915); editado o primeiro Código Civil (1917), com repercussões no uso do solo; extinção da Guarda Nacional com maior repercussão no interior do país.(1918); inauguração do Instituto Oswaldo Cruz em 1915; inauguração do Porto de Salvador em 1913.
	Estadual	Inauguração do Quartel do Corpo de Bombeiros (1917); Instalada a Imprensa Oficial (1915); Fundação da Assistência Pública da Bahia (1915); Inauguração do Hospital de Isolamento (1920); As reformas urbanas do Governo de J. J. Seabra.
	Município	Entre 1915 e 1920 os governadores passaram a nomear os intendentess municipais. Em 1921 foi publicado o Código de Posturas Municipais.
AGENTES ECONÔMICOS	Comerciantes	Destacavam-se os estrangeiros (portugueses, ingleses e alemães) no comércio de importação e exportação. O porto de Salvador tinha ligações com cidades europeias e com Nova York. A entrada de navios de longo curso, a atuação do Lloyd Brasileiro e o comércio de exportação de cacau e fumo colocavam Salvador como o segundo comércio do País.
	Capital financeiro	Em 1928 Salvador já contava com 11 agências bancárias entre as quais três estrangeiras. Entre os nacionais destacava-se o Banco Econômico da Bahia e o Banco de Crédito Agrícola da Bahia. Doze companhias de seguros estrangeiras expressavam o domínio do capital externo.
	Indústrias	Em 1907, 53 fábricas funcionavam em Salvador, sendo 11 indústrias têxteis com 3.350 operários, as fábricas de calçados com 290 operários, as de chapéus com 200 operários; as de fumo com 100 operários e as de roupas com 94 operários. Em 1925 o número de empregados nas indústrias têxteis era de 4.870 trabalhadores.
	Transportes Urbanos	A primeira linha de bondes elétricos foi inaugurada em 1897 sendo Salvador a segunda cidade do país a contar com esse serviço. O interesse do capital estrangeiro por essa atividade fez com várias companhias estrangeiras aqui se instalassem. Em 1907, a Tramway & Light Power comprou a Siemens & Halscke e em 1913 o município de Salvador encampou esta companhia Em 1926, a Cia Linha Circular comprou a Cia de Trilhos Centrais estabelecendo o monopólio dos transportes urbanos na Cidade. Em 1931, 141 bondes estavam em circulação em Salvador, 36 ônibus (marinetes) e 118 automóveis.
	Obras Públicas	As obras públicas passaram a interessar as companhias estrangeiras principalmente as obras do porto que em 1907 passaram para a Societé Portuaire de Bahia. Em 1925 foi aprovado o primeiro projeto de loteamento da Cidade, o da CIA Comercial Imóveis e Construções, com 123 lotes no Bonfim.
	Agricultura	A crise do açúcar, depois da abolição da escravatura reduziu as usinas para 32 em 1907 e, 12 em 1927. O cacau é quem recupera a agricultura e o setor exportador da Bahia.

Quadro 1. Atuação dos agentes sociais no governo de J. J. Seabra – Continuação.

IGREJA	Ordens Regulares	Separada do Estado pelo Decreto 119 de 1890 perdeu muito do seu prestígio na República. Nas reformas de 1912 e 1916, várias igrejas foram demolidas como a igreja da Ajuda, a matriz de São Pedro e a do Rosário de J. Pereira. A Igreja foi responsável pela inauguração em 1917 do Cinema São Jerônimo da Obra Social Católica. Em 1923 a igreja de São Salvador foi elevada a basílica e são registrados 67 templos católicos em Salvador.
	Ordens Leigas	As ordens regulares existentes receberam um reforço com a chegada de religiosos europeus: franciscanos, beneditinos e ursulinas. O ensino religioso tornou-se atividade importante dos religiosos com a fundação em 1911 do Colégio Antônio Vieira pelos jesuítas e as Sacramentinas em 1928. Em 1920, as Ursulinas fundaram o seu Noviciado e Casa de Retiro em São Lázaro e 1926 os padres Cordimarianos construíram a igreja consagrada à Imaculada Conceição de Maria. As ordens leigas como a Ordem Terceira de São Domingos, de São Francisco e a irmandade de N. Sra. dos Homens Negros e a Santa Casa da Misericórdia estavam voltadas para as atividades beneficentes. Esta última mantinha o Hospital Santa Isabel, em Nazaré e o Asilo de Mendigos da Boa Viagem.
	Outras Religiões	Em 1915 fundou-se a União Espírita Baiana e até 1916 registravam-se.... templos de candomblé e igrejas reformadas.
SOCIEDADE CIVIL	Instituições	Nesse período várias instituições foram criadas: a Academia de Letras da Bahia em 1917; em 1918 o Gabinete Português de Leitura foi transferido para o prédio da Piedade; o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia foi inaugurado em 1923; assim como a Liga Bahiana Contra a Mortalidade Infantil e o Instituto Feminino da Bahia o Sindicato dos Estivadores e Arrumadores, em 1912; a Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia em 1918; e em 1914 foi fundada a Associação Atlética da Bahia.
	Imprensa	Além dos jornais já existentes como o Estado da Bahia, o Diário da Bahia, o Diário de Notícias, o Jornal de Notícias e o Correio de Notícias, em 1912, foi fundado o jornal A Tarde e em 1927 a revista Arco e Flecha. Em 1928 Salvador contava com oito jornais, um cinema, o Jandaia em 1911; o Cine-Teatro Guarany inaugurado em 1915, o Cine-Teatro Olympia em 1920 e o Cinema Liceu em 1927.
	Movimentos sociais	Em 1919 realizou-se uma greve pela jornada de trabalho pelo Sindicato de Pedreiros e Carpinteiros. No mesmo ano ocorreram greves dos funcionários públicos, dos motorneiros de bondes, dos operários das indústrias têxteis e dos estivadores contra o governo e em 1921, a dos Carregadores das Docas que fracassou.

A análise desse quadro permite-nos constatar a preponderância de dois tipos de agentes sociais: o Estado em suas diferentes instâncias e o capital financeiro. A ação do Estado foi decisiva para que as reformas seabrinas acontecessem. A aliança política entre governo federal e estadual, analisada no decorrer deste trabalho, esteve na base do desenvolvimento de Salvador neste período.

O capital estrangeiro está presente não só nas reformas empreendidas por J.J Seabra como nas atividades de comércio, indústria e infraestrutura urbana. O número de estabelecimentos bancários e de companhias de seguro estrangeiras demonstra o domínio do capital externo na economia do estado, onde os alemães e os ingleses aparecem como os maiores investidores.

Os demais agentes sociais têm sua expressividade marcada pelas escolhas políticas. Como já analisadas, as elites e grande parte da imprensa eram favoráveis às reformas encetadas. Destacam-se nesse período os movimentos sociais representados pelas greves deflagradas pelos trabalhadores, demonstração de uma consciência social da categoria.

3.4 A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE

Segundo Milton Santos (1988 p.75) a configuração territorial (ou configuração espacial) é uma das categorias analíticas do espaço geográfico.

É parte dos sistemas de objetos que compõem o espaço geográfico de forma indissociável dos sistemas de ações. Os objetos da configuração territorial podem ser naturais (sujeitos a transformações pela ação humana) ou artificiais (criados pelo homem), sendo os últimos cada vez mais importantes.(SANTOS, M 1988 p.75)

As reformas urbanas do governo de Seabra implementaram transformações importantes na configuração espacial de Salvador.

Áreas foram conquistadas ao mar através dos aterramentos – o caso da Cidade Baixa – casas palácios e igrejas foram demolidas, ruas alargadas, avenidas construídas e monumentos implantados.

Lulu Parola, pseudônimo do poeta Aloísio de Carvalho registra em suas crônicas e poemas essa fase de mudanças e reformas em Salvador, a exemplo da resposta que ele dá a uma enquete promovida pelo Jornal de Notícias em 1912.

DE QUE É QUE MAIS PRECISA A CIDADE?

Eu vivo há três dia matutando
De que é que essa cidade mais precisa...
E por mais que umas coisas vá cortando,
Não posso tomar pé na pesquisa !

Menos pedra-navalha, onde se pisa ?
Relógio sempre certo, e sempre andando ?
Água, luz, instrução ?... Não se organiza

A lista do que seja mais urgente;
Pois a cidade tantas falta sente,
Que ninguém chega ao fim – fazendo estudo.

..
Do que deva em primeiro ser tratado
Não se pode dizer... Está provado
Que em primeiro lugar... figura tudo.

Jornal de Notícias 20/06/1912 – nº. 4.940 (apud Freitas 2008)

Peixoto (1972, p. 3 e 4) em seus estudos sobre o sítio urbano de Salvador e seus problemas analisa:

“A cidade se instalou num pequeno planalto, protegida de um lado por vales profundos e de outro por uma escarpa. Do núcleo inicial ela se estendeu a princípio para NE e SW, ultrapassando as esplanadas com um plano em forma de ‘pé de galinha’”. Peixoto (1972, p. 3 e 4).

Para Silva e Silva (1993 p 51) o crescimento urbano de Salvador é uma expansão física do tipo “mancha de azeite” primeiro de forma linear com relação a seu núcleo original e depois envolvendo-o.

Milton Santos analisando O Centro da Cidade do Salvador (1958) estabelece a seguinte periodização de ocupação urbana:

Quadro 2. Períodos de ocupação urbana de Salvador.

Períodos	Ocupação Urbana
De 1549 até finais do século XVI,	Salvador goza de um centro de plano regular, onde as ruas se cruzam em ângulo reto, e adapta-se a topografia.
Entre o século XVII e finais do século XIX	A cidade cresce sem plano nenhum para o conjunto, disso derivando ruas sinuosas e pequenas praças;
Século XX	Ampliação das funções urbanas e a introdução dos transportes modernos, o que cria a necessidade de alargamento das ruas e de abertura de praças. Nessa fase, a cidade dispõe de capital e técnicas para adaptar-se às exigências do lugar e às modificações das condições topográficas da urbe.

Pinheiro (2002 p. 193) ao analisar a configuração espacial, identifica períodos de expansão urbana de Salvador abaixo caracterizados:

Quadro 3. Períodos de expansão urbana de Salvador.

Períodos	Expansão Urbana
De 1549 até finais do século XVI,	A urbe limita-se à plataforma do alto da escarpa.
Do século XVII até meados do século XVIII,	Expande-se sobre as colinas, cruza o Rio das Tripas e chega à segunda linha de cumeada. É um crescimento lento, que reflete os primeiros esforços de incorporação de uma área em expansão.
O terceiro período, o da consolidação da cidade, de meados do XVIII até finais do século XIX,	Caracteriza-se pela formação de novos bairros, que se beneficiam dos novos transportes. A cidade estende-se em direção ao norte e ao sul, principalmente sobre as dorsais na Cidade Alta e para a península de Itapagipe na Cidade Baixa. A expansão acontece de forma rápida.
Início do século XX até princípios da década de 50.	Um crescimento lento com reformas urbanas. Realizam-se aterros na Cidade Baixa e executam-se obras no porto, porém a área urbanizada aumenta lentamente.

A mesma autora diz: “A malha urbana está vinculada à irregularidade da superfície”.(Idem p.193), ou seja à sua topografia. A conquista das cumeadas caracteriza a ocupação e por consequência a expansão urbana. A Cidade Alta abriga o núcleo original ocupando o primeiro espigão e incorpora, em sua área urbanizada núcleos de povoamento dispersos. Segundo Mattoso (1992 p 439) até meados do século XIX, o grosso da população soteropolitana ocupava os centros da Cidade Alta e Cidade Baixa e em suas vizinhanças imediatas. Itapagipe ao norte e Vitória ao sul abrigavam pequena parcela de habitantes e os limites da cidade estavam representados pelos fortes de S. Pedro ao sul e Santo Antônio e Barbalho ao norte. A canalização do Rio das Tripas facilitou a formação dos núcleos de Palmas, Desterro e Nazaré. Outros espigões de Salvador foram sendo progressivamente ocupados como Brotas, Rio Vermelho São Gonçalo e Cabula. Aglomerações surgem no Matatu, Quinta das Beatas, Acupe de Brotas e Estrada de Brotas configurando uma ocupação em manchas dependentes do Centro para lócus das atividades econômicas e sociais.

Estudiosos como Mattoso (1982 p. 440) e Villaça (1998 p. 207) analisam aspectos da expansão de Salvador na metade do século XX e Pinheiro (2002 p.194) assim os analisa:

Identificam-se três vetores de expansão além do da Cidade Baixa. A conquista do primeiro vale com a canalização do Rio das Tripas e a abertura da Rua da Vala é um dos vetores mais importantes de crescimento da cidade.

Seu prolongamento possibilita a união com outros vales, gerando novas opções para o trânsito entre o centro tradicional e os diversos pontos periféricos, de forma suave, sem encostas abruptas. A canalização do rio também propicia a dissecação das áreas pantanosas, criando condições para a expansão urbana.

O polo do Campo Grande ramifica-se, pela Estrada da Vitória, até a Barra e a Graça e, pelo Garcia, para o Canela, chegando até o Rio Vermelho seguindo pela cumeada. Um último vetor do sistema de expansão é a Estrada 2 de Julho que, partindo de um ponto da Rua da Vala, segue pelo Dique do Tororó até o Rio Vermelho. (Pinheiro, 2002, p. 194).

Transformar a primeira capital do Brasil em um dos maiores centros urbanos do mundo foi a meta de Seabra em seus dois mandatos que para tanto empreendeu diversos esforços, em todas as esferas da administração pública, implantando na Cidade uma nova configuração sobretudo em seu núcleo central. Nenhum urbanista, ou estudioso do espaço pode negar a importância das reformas urbanas empreendidas por Seabra. O alargamento das ruas da Cidade Alta, a abertura de avenidas, as obras em logradouros mais distantes como Itapoã e Itapagipe, a

melhoria dos transportes urbanos e investimentos na área de saneamento testemunham o seu empenho em modernizar a cidade de Salvador. Muitas obras ficaram sem execução pelas dificuldades na obtenção dos recursos, principalmente durante a 1ª Guerra Mundial, como pela sistemática oposição política sofrida ao longo dos seus mandatos.

As críticas ao seu trabalho por urbanistas e historiadores prendem-se, sobretudo, a aspectos como a ordenação da cidade, descartando o seu passado o que implicava em pensar o espaço sem o tempo, sem entender como a sociedade se articulava com os símbolos existentes na cidade “velha”. Esse modernismo a qualquer custo que foi chamado por muitos de “urbanismo demolidor”.

4 ASPECTOS SÓCIOESPACIAIS DAS REFORMAS URBANAS DE J. J. SEABRA NA DINÂMICA ATUAL DA CIDADE DO SALVADOR

No capítulo anterior apresentou-se os efeitos da reforma empreendida por Seabra sobre a configuração territorial de Salvador, os quais segundo Santos. M (1988) materializam-se no espaço como sistemas de engenharia e que para Vasconcelos (2002), dentro da geografia urbana histórica podem ser identificadas como transformações e permanências. Neste capítulo, a análise prioriza os aspectos socioespaciais dessa reforma e suas repercussões na dinâmica atual da cidade de Salvador, tomando como base os estudos sobre o espaço urbano de Corrêa (1989) e o Centro de Salvador por Santos. M (1958/2002), agregando contribuições importantes de outros autores sobre o assunto.

4.1 SALVADOR DE J. J. SEABRA: PROCESSOS, FORMAS E FUNÇÕES

A formação socioespacial de uma cidade tem origem em processos que se estabelecem em diferentes períodos de tempo e em cada um deles se definem as condições internas da sua organização. (CORRÊA,1989 p.36).

Ainda, segundo o mesmo autor:

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Esses processos sociais criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana. (CORRÊA,1989 p.36).

4.1.1 Os processos e as formas socioespaciais

Os processos sociais dão origem às formas espaciais, mediatizados por um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo e as transformações daí decorrentes têm origem nas relações entre os diferentes agentes sociais que no dizer de Corrêa (1989. p12). “fazem e refazem a cidade”.

Os processos espaciais e as formas espaciais do espaço urbano, analisadas por Corrêa (1989 p 37) estão elencadas no quadro abaixo:

Quadro 4. Os processos espaciais e suas respectivas formas.

PROCESSOS	FORMAS
Centralização	Área central
Descentralização	Núcleos secundários
Coesão	Áreas especializadas
Segregação	Áreas Sociais
Dinâmica espacial da segregação	Mobilidade espacial
Inércia	Áreas cristalizadas

Fonte: O Espaço Urbano – Corrêa 1989 p. 37 adaptado pela Autora

A organização espacial da Cidade do Salvador pode ser entendida a partir dos parâmetros estabelecidos por Roberto Corrêa (1989) analisando os processos espaciais e formas espaciais resultantes que configuraram o urbano no governo de J. J. Seabra (1912/1916) e que se transformaram ou permaneceram como rugosidades ao longo do tempo, alcançando o momento atual da Cidade.

4.1.1.1 Centralização

As reformas efetuadas no período de 1912 a 1916 reforçaram os processos de centralização urbana em Salvador. A área central constituía-se da Cidade Alta, o centro administrativo, político e religioso formado pelo Distrito da Sé e, a Cidade Baixa, denominada de Comércio, como centro comercial e financeiro formado pelo Distrito da Conceição da Praia.

O núcleo, ou melhor, o Centro da Cidade caracterizava-se pelo uso intensivo do solo em face da concentração das atividades econômicas. Os edifícios de escritórios e do comércio varejista e as instituições administrativas configuravam uma concentração vertical tanto na Cidade Alta, com as reformas na Rua Chile e a abertura da Avenida Sete, como no Comércio com as construções decorrentes dos aterros e do surgimento de novas ruas e avenidas.

A centralidade dessas áreas propiciava a concentração diurna da população durante as horas de trabalho, com repercussões na convergência do tráfego urbano e sua ligação com os bairros mais distantes. Por outro lado o número de pedestres

na área central de Salvador devia-se ao seu crescimento limitado em escala horizontal e às condições do sítio da Cidade, com a presença de ladeiras e ruas estreitas.

A zona periférica mais precisamente, adjacente ao núcleo central era formada pelos distritos ou bairros do Pilar, Mares, São Pedro, Vitória, Santo Antônio além do Carmo, Paço, Santana e Nazaré que apresentavam usos do solo diferenciados. Os dois primeiros contíguos ao Comércio eram por ele influenciados, em face da expansão das atividades do comércio atacadista e de armazenagem, no caso do bairro do Pilar e pela abertura da avenida Jequitaia e a presença da estação ferroviária da Calçada, no caso do distrito dos Mares. A condição de Salvador como cidade portuária torna esses dois distritos área de circulação interregional por abrigar atividades conexas à zona do cais, daí os depósitos, armazéns, trapiches, garagens, pensões e hotéis baratos, ocupados por uma população formada por trabalhadores, viajantes e moradores das proximidades.

Os demais distritos formavam uma zona adjacente da Cidade Alta diferente dos distritos anteriores. A abertura da Avenida Sete estabelece uma mudança de função residencial para comercial aos distritos de São Pedro, início do distrito de Nazaré e Vitória. A concentração vertical também é visível nos dois primeiros distritos com o surgimento de imóveis com até quatro andares ocupados por instituições públicas e estabelecimentos comerciais e sua agregação progressiva à área central. Já o distrito da Vitória é ocupado por mansões e palacetes ocupados pela classe alta da cidade. Os bairros de Santo Antônio além do Carmo, Paço e Santana são bairros tipicamente residenciais.

A população que habita essa zona adjacente é de classe média baixa a pobre, ocupando residências populares ou casarões antigos, alguns transformados em pensões e cortiços, diferenciando-se apenas a que ocupa o bairro da Vitória. A ligação dessa zona periférica com o Centro faz-se através dos transportes urbanos representados pelas linhas intraurbanas de bondes, marinetes e veículos particulares e principalmente a pé.

4.1.1.2 Descentralização

O processo de descentralização tem origem no crescimento da cidade tanto demográfico como espacial, resultante de “menor rigidez locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não- centrais” (CORRÊA,1989, p45). Entre esses atrativos são importantes o preço da terra, a infraestrutura implantada, a facilidade de transporte e a possibilidade de controle do uso da terra.

No período de governo de J. J. Seabra a cidade do Salvador não possuía uma verdadeira descentralização. Essa descentralização é explicada por Milton Santos (1958) como resultado do:

O papel de centro regional, aumentado pela conquista agrícola do Recôncavo provoca o crescimento da cidade de Salvador. A cidade se espalha pelas cumeadas desprezando o vale, em consequência das contingências do sítio. (SANTOS, M. 1958/2008 p.120).

Bairros novos ocupam os espigões da cidade e os antigos caminhos rurais, transformam-se em ruas, ligando esses logradouros ao centro da cidade. Santos, no seu livro “O Centro da Cidade do Salvador” afirma ainda que:

Tal forma de expansão impediu a criação de nódulos comerciais em todos os bairros e a organização entre eles. Esse conjunto de fatores favoreceu o centro único com uma concentração de atividades e dos transportes cujas vias se superpõem aos antigos caminhos rurais (SANTOS, M. 1958 p 122).

Em 1911, a divisão administrativa do município de Salvador era constituída por 20 distritos: Salvador, Brotas, Conceição da Praia, Cotegipe, Itapuã, Maré, Mares, Matoim, Nazaré, Paripe, Passé, Penha de Itapagipe, Pilar, Pirajá, Rua do Paço, Santana, Santo Antônio Além do Carmo, São Pedro, Sé e Vitória. (IBGE. 2007 p.3). Em seu livro “O Centro Histórico de Salvador” Milton Santos analisa a evolução da expansão da cidade do século XVI ao século XX (1957) representando-a no figura abaixo reproduzida (**Figura 28**)

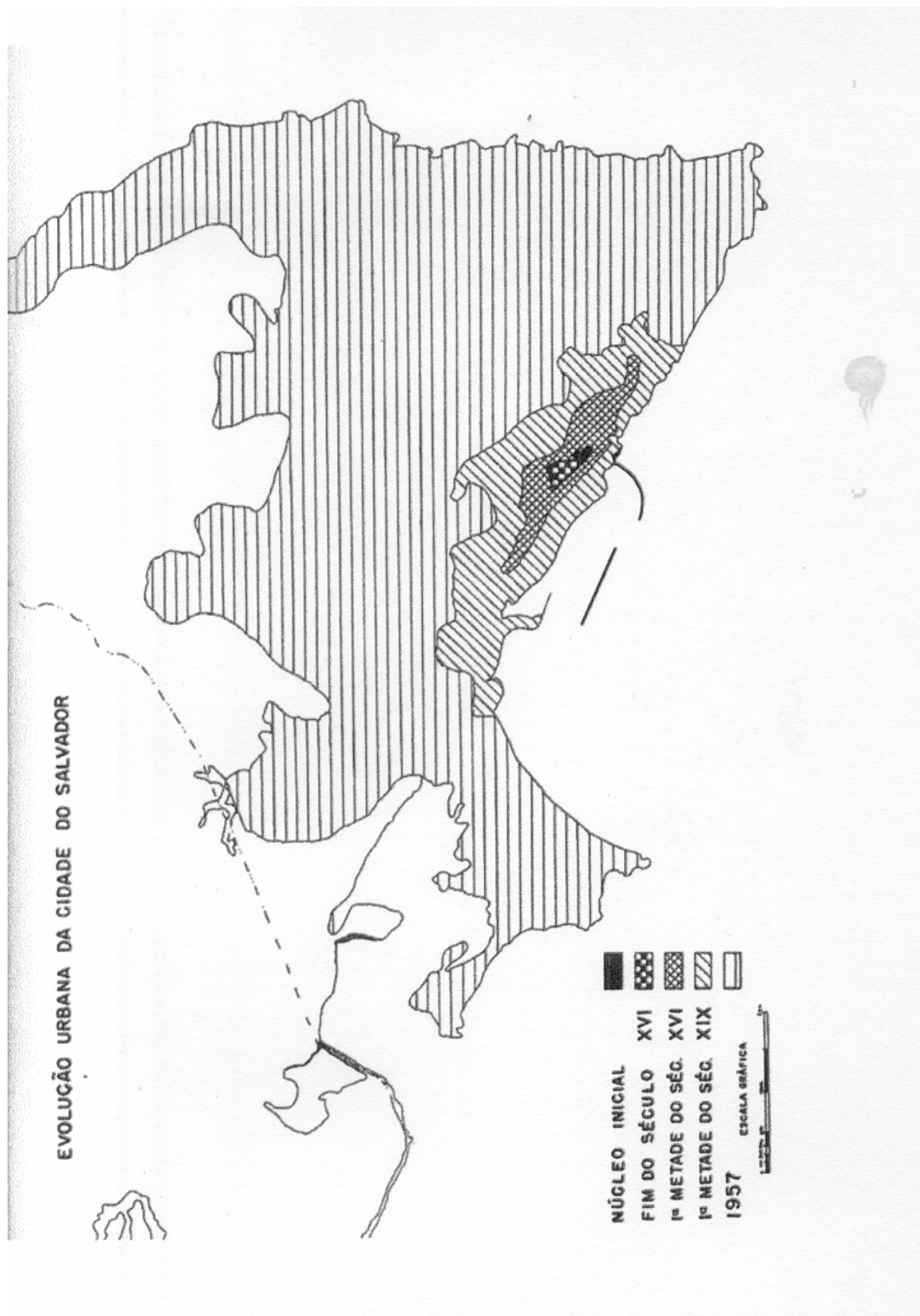


Figura 28. Mapa da evolução urbana de Salvador
 Fonte: SANTOS (1958, p. 61).

Dois eixos orientavam a expansão da Cidade do Salvador: a Avenida Jequitaia em direção norte e a Avenida Sete de Setembro na direção sul. Pode-se pensar num terceiro eixo com a Avenida Oceânica ligando Ondina, Rio Vermelho, Pituba e estendendo-se em direção a Itapoan também na direção norte. Um vetor de crescimento do Município partia de Cidade Baixa, formado pelos distritos dos Mares e da Penha de Itapagipe e acompanhando a linha férrea agregava os distritos suburbanos em direção norte. No quadro abaixo, visualiza-se os distritos e seus núcleos secundários.

Quadro 5. Processo de descentralização de Salvador período de 1912/1924.

Distritos	Núcleos secundários
Mares	Calçada, Monte Serrat
Penha	Itapagipe
Distritos Suburbanos	Acompanhando a linha férrea: Paripe, Passé e Matoim (Candeias)
Santo Antônio Além do Carmo	Barbalho, Quintas, Soledade, Liberdade e Caixa D'Água
Brotas	Matatu, Quinta das Beatas, Campinas de Brotas.
Itapoan	Itapoan, Ipitanga, Pirajá
Vitória	Graça, Barra, Ondina e Rio Vermelho

Adaptado de Corrêa (1989 p.50)

A seletividade, que caracteriza a descentralização dos espaços urbanos é pouco expressiva com relação às formas e funções existentes nos núcleos secundários de Salvador. É possível identificar alguns bairros com certa especialização como: Itapagipe e Plataforma onde se instalaram as indústrias; áreas de lazer e descanso como Barra, Ondina, Rio Vermelho, Itapagipe, mesmo Itapuã. Uma área de comércio e serviços aparece no bairro da Calçada em função da presença da estação ferroviária e a proximidade do Comércio.

Assim, nesses núcleos secundários as formas estão representadas principalmente pelas residenciais populares, chácaras, hospitais, conventos, igrejas, um pequeno comércio varejista e serviços de atendimento local. Neste cenário, a função básica desses bairros é sem dúvida a residencial. Os eixos aparecem como formas de acesso desses núcleos com o Centro da Cidade. Eixos especializados em serviços e comércio não aparecem uma vez que essas atividades apresentavam-se pontuais. As linhas de bondes da época atendiam as funções principais desses eixos. O **Quadro 6** dá conta dessa situação:

Quadro 6. Seletividade em termos de ocupação nos núcleos secundários de Salvador.

Forma	Função	
	Especializadas	Núcleos Secundários
Áreas	Residenciais de elite Residenciais populares	Vitória, Graça, Barra Todos os demais
	Serviços e Comércio varejista locais.	Caçada, Quintas, Soledade Liberdade e Caixa D'Água
	Amenidades e balneários	Itapagipe, Graça, Barra, Ondina e Rio Vermelho
	Defesa da Cidade	Monte Serrat e Barbalho
	Industriais	Itapagipe, Lobato, Plataforma
	Semi rurais a rurais	Matatu, Quinta das Beatas, Campinas de Brotas. Itapoan, Ipitanga, Pirajá, Paripe, Passé e Matoim (Candeias)
Eixos	Ruas de acesso,	Avenidas Jequitaiá, Sete de Setembro, Oceânica, 2 de julho e Rua da Vala

Adaptado de Corrêa (1989 p.50).

4.1.1.3 Coesão

Coesão é o processo que mobiliza as atividades a se localizarem próximas uma das outras, “formando um conjunto funcional que cria um monopólio espacial” (Corrêa 1989 p 56). Em Salvador do período de J. J. Seabra, tem-se um exemplo de coesão na área central, representada pela Cidade Alta e pelo Comércio.

A Cidade Alta como centro administrativo e religioso reunia o conjunto de instituições do poder estadual e municipal, áreas de comércio varejista, serviços especializados e de atividades religiosas, congregando igrejas e conventos. No Comércio a coesão é mais evidente, ai se encontra o centro de decisão econômico-financeiro do Estado de Bahia. Os escritórios das firmas de exportação e importação, as agências bancárias, os armazéns e trapiches giram em torno do comércio cuja proximidade espacial propicia a formação de um conjunto coeso onde a complementaridade entre as atividades é fortalecida pela presença do Porto de Salvador e pela influência da Associação Comercial da Bahia.

A coesão no Centro de Salvador atrai a população trabalhadora da cidade e também a consumidora num movimento pendular sustentado pela rede de transportes onde linhas de bondes elétricos aparecem como elos entre a área central e seus núcleos secundários.

4.1.1.4 Segregação

Os processos de segregação urbana “definem especificamente a divisão social do espaço” (CORRÊA 1989 p. 59) e referem-se e espacialização dos grupos sociais aí existentes. A segregação residencial é definida “como a concentração de tipos de população dentro de um dado espaço [...] resultante do processo de competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais” [...] (CORRÊA 1989 p. 59).

Os processos de segregação em Salvador, no período histórico estudado exigem uma análise, mesmo pontual das características demográficas da cidade.

A população de Salvador, no início do século XX girava em torno de 205.813 residentes o que caracterizava a cidade como um polo de atração, ocupando o terceiro lugar entre as cidades mais populosas do Brasil. Milton Santos (1958) explica:

Tal evolução demográfica não se deve apenas aos efeitos indispensáveis ao organismo urbano para o exercício de suas funções: de um lado, os progressos da agricultura encorajaram numerosos lavradores a virem fixar residência na capital [...]. De outro lado, vários ciclos de seca expulsaram do sertão milhares de pessoas [...] (SANTOS 1958/2002 p.45)

Segundo Matoso (1978, op. cit. Pinheiro 2002 p191), a população da cidade era constituída por quatro grupos sociais:

No primeiro, estão os funcionários da administração, militares de altas patentes, o alto clero secular e regular, os grandes mercadores e os grandes proprietários rurais. O segundo grupo é composto pelas mesmas categorias que o primeiro, mas com salário menor ou renda mais baixa, e por profissionais liberais e mestres de ofícios nobres como ourives, pintores, canteiros, torneiros e entalhadores de objetos de madeira. No terceiro grupo, misturam-se os funcionários subalternos da administração, os militares de baixa patente, como sargentos, cabos e soldados, os profissionais liberais secundários, os oficiais mecânicos como pedreiros, carpinteiros, tanoeiros, sapateiros entre outros, e pequenos comerciantes. Nessa categoria, encontram-se homens e mulheres recém-saídos da escravidão, marinheiros, pescadores e provedores de gêneros alimentícios e pescados. O quarto e último grupo compõe-se de mendigos, escravos e desocupados, também considerados como classe perigosa (MATTOSO 1978, p 161).

Em 1900, a estrutura social era assim constituída: classe de alta renda que com a reforma encetada em 1912 muda-se da Sé e passa a morar na Vitória, ocupando depois a Graça, Barra e Canela era formada de brancos brasileiros e europeus. Na classe média estão os funcionários públicos e uma minoria de

profissionais liberais e comerciantes portugueses e brasileiros bem como, pequenos comerciantes, artistas artesãos e muitos músicos; de maioria branca, nessa classe aparecem mulatos e poucos caboclos que ocupam conforme o seu poder aquisitivo a zona periférica do Centro da Cidade; na classe baixa vamos encontrar os brancos mais pobres, mulatos, caboclos e negros ex-escravos que preferem viver no Centro, pois ali estão as oportunidades de trabalho (PINHEIRO, 2002, p 193 e 194).

“Em 1920, o censo demográfico identificava em Salvador uma população de 283.422 habitantes sendo 64% de negros e pardos, 57% dos domicílios eram considerados precários e 75% da população viviam em cortiços, favelas e similares”. (VASCONCELOS 2002).

As análises históricas destacam o papel das reformas de 1912-1916 no processo de segregação social que embora gerados ao longo do século anterior vai se intensificar com uma clara divisão social do espaço urbano de Salvador. Ao analisar como se vive na Cidade do Salvador, Pinheiro (2002) diz que “até finais do século XIX a população vive misturada [...] Os bairros abrigam escravos e libertos, mestres, artesão e funcionários, burgueses e nobres”. Entretanto, ao adentrar o século XX dá-se uma mudança progressiva tanto na estrutura social da Cidade como na sua espacialização.

A população de alta renda foi beneficiada com a reforma urbana e muda-se do Distrito da Sé para a os bairros da Vitória, Graça, Barra e Canela construindo solares elegantes e palacetes, configurando assim a zona burguesa da Cidade. Aí residem os donos de terra, os grandes comerciantes e os cônsules. A classe média ocupa a zona adjacente à área central em bairros como Nazaré, Barris, Santo Antônio e Barbalho, onde pequenos comerciantes, artesãos, artistas e famílias se instalam em casas térreas e sobrados. A classe pobre passa a viver nas áreas centrais não reformadas, ocupando antigos sobrados transformados em cortiços. Outros, porém, se deslocam para bairros afastados, situados ao norte da cidade como Liberdade e São Caetano.

A exclusão social presente no processo de segregação se intensifica com as reformas urbanas. O custo dos alugueis nas áreas reformadas é fator seletivo à ocupação favorecendo a permanência ou a expulsão da população.

Pinheiro (2002) citando Souza afirma que:

A nova distribuição da população na cidade é um projeto da burguesia, que até pouco tempo tinha interesse em conviver com as classes de baixa renda e os escravos, pois esses lhe prestavam serviços fundamentais, como jogar fora os dejetos ou transportá-la de um lado ao outro. “Sua convivência é útil até quando se estabelecem novas relações sociais, quando a presença do pobre não é mais tolerada na paisagem urbana.” (Souza, 1984, p. 87, apud Pinheiro 2002 p 244).

O tratamento diferenciado na implantação de infraestrutura adequada é outra evidência nesse processo de segregação. Enquanto as áreas novas se beneficiam com a implantação de infraestruturas e transportes, as não atingidas pelas reformas são relegadas pelo poder público entrando algumas delas em processo de decadência.

Outro ponto a destacar-se no processo de segregação nesse período é a separação espacial entre brancos e negros. Bairros como Brotas possuíam uma população branca maior que a negra. Já Liberdade, São Caetano, Engenho Velho, parte do Rio Vermelho onde se localizavam terreiros de candomblé como São Gonçalo, e Mata Escura tinham maioria negra.

A análise empreendida dos processos e formas espaciais presentes no governo de J. J. Seabra demonstra o papel de cada um deles na organização espacial da Cidade do Salvador. Corrêa (1989 p.75) caracterizando a organização espacial da cidade latino-americana estabelece um esquema explicativo adaptável à paisagem urbana da Cidade do Salvador: um núcleo central formado pelo Centro da Cidade, uma zona periférica formada pelos bairros adjacentes, eixos industriais representado por bairros como Itapagipe, Plataforma detentores dessas atividades; bairros de alto status social como Vitória, Graça e Barra; de médio status como São Pedro, Nazaré, Santana e Santo Antônio além do Carmo e bairros de baixo status social como Liberdade, São Caetano e Subúrbio. Os “guetos” que reuniam escravos podem ser considerados a origem das favelas.

4.2 AS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS DE J. J. SEABRA E O DIÁLOGO COM A CONFIGURAÇÃO URBANA ATUAL DE SALVADOR

Passado quase um século das reformas urbanas efetuadas por J.J Seabra, verificam-se profundas transformações na Cidade do Salvador, com muitas permanências identificáveis.

Segundo Santos J. (2008, p 2), “Salvador teve sua estrutura urbana alterada, a partir da década de 1970, bem como redefiniu seu papel e conteúdo no contexto baiano, enquanto metrópole regional, [...] e (re)formulou suas próprias relações, no nível intra-urbano”. O principal agente social dessas transformações foi o Estado com uma importante redefinição dos usos do solo, apoiado por um “projeto político” que lhe permitiu os recursos financeiros necessários.

Essas transformações enquadradas no espaço das intervenções urbanas realizadas no período de 1912-1916 e no referencial proposto por Corrêa (1989) são os objetivos desse tópico.

4.2.1 O centro da cidade de Salvador na contemporaneidade: formas e funções

Nos últimos 50 anos a Cidade de Salvador passou por transformações que a categorizam como uma metrópole nacional com 2.676.606 habitantes cuja região metropolitana constitui-se de 13 municípios, totalizando 3.574.804 habitantes (CENSO 2010). O crescimento acelerado dessa população deu origem a novos vetores de expansão propiciando o aparecimento de uma nova centralidade urbana e de subcentros subsidiários. A categorização dessa nova configuração espacial é apresentada a seguir.

4.2.1.1 Centralidade e Descentralização

Ao analisar as características do processo de centralidade urbana da Cidade de Salvador na atualidade necessita-se do contraponto do processo de descentralização em face do movimento dialético que esses processos apresentam. Jânio Santos (2008), em seus estudos sobre “Reestrutura Urbana X Reestruturação da Cidade: O Caso de Salvador”, afirma que:

As atuais expressões da centralidade urbana apresentam-se diferenciada, tanto no que diz respeito à quantidade de centros, quanto aos interesses aos quais estão associadas. Percebe-se que os antigos centros e sub-centros se formaram em tempos pretéritos, e vêm passando por um intenso processo de mudança em suas características fundamentais. As novas expressões da centralidade correspondem à materialidade de uma lógica política, econômica e social hodierna que passou a imperar na cidade, alterando o processo de reprodução do espaço metropolitano. (SANTOS, JÂNIO, 2008 p.2).

A partir da década de 1970 um processo de reestruturação urbana se instala na Cidade do Salvador. O Estado mais uma vez, parece como o principal agente dessas alterações no espaço urbano de Salvador - dessa vez sob o comando de outro governador, Antonio Carlos Magalhães - redefine os usos do solo, alterando a dinâmica da cidade tanto em nível intraurbano, quanto em seu papel de metrópole regional. Dada essas características, estudiosos definem Salvador como uma cidade poli(multi)nucleada já que “sua estrutura urbana revela-se com uma teia de relações entre áreas centrais e não-centrais espalhadas por todo o tecido urbano”.(SANTOS, 2008 p.2).

Oliveira (2002) analisando a produção espacial de novas centralidades em Salvador afirma que:

A consolidação de uma centralidade requer um processo, através do qual um espaço adquira uma organização espacial dotado de estruturas e infraestruturas necessárias que cristalizem formas adequadas às funções próprias a um centro (OLIVEIRA, 2002 p 97).

Durante o período de governo de J. J. Seabra os processos de expansão da cidade favoreceram o desenvolvimento de um centro único. Na atualidade, a quantidade de centros e subcentros refletem o processo de descentralização com transformações de forma e conteúdo desses espaços e a ocupação de espaços novos. Essas transformações compreendem importantes modificações no Centro Antigo de Salvador e o surgimento de novas centralidades e novos subcentros.

As novas centralidades de Salvador “surgiram de mudanças quantitativas e qualitativas na lógica da centralidade intra-urbana, que afetaram a velha cidade, suas formas e estruturas herdadas [...]” (SANTOS, 2008 p.2).

Essas centralidades englobam a região Iguatemi/Tancredo Neves o novo centro econômico/financeiro da Cidade e o Centro Administrativo centro de decisão político/administrativo (**Figura 28**).



Figura 29. Região Iguatemi/Tancredo Neves
Fonte: Acervo Climatempo

Nos bairros de Barra, Pituba, Paralela, Cajazeiras e Brotas o dinamismo urbano possibilitou o surgimento de subcentros comerciais de negócios e serviços. Enquanto isso, o Centro Antigo sofreu transformações que atualmente caracterizam-no como um centro histórico cujo apelo turístico tem prioridade sobre atividades de serviço e comércio que continuam, mas sem apresentarem o adensamento de fixos e de fluxos do centro empresarial. Subcentros antigos persistem como Itapagipe e Liberdade, outros se encontram em decadência como o da Calçada.

Quadro 7. Novas centralidades de Salvador.

Centralidades	Antigas	Novas	Funções
Centro Principal	Antigo	Iguatemi/Tancredo Neves	Comerciais, empresariais e político-administrativas
		Centro Administrativo	
Subcentros	Calçada, Itapagipe, Liberdade	Barra, Pituba, Brotas	Comerciais, negócios e serviços

Na **Figura 30** um mapa apresenta a localização dessas novas centralidades na Cidade do Salvador. Destarte, esse processo de centralização/descentralização separou o centro administrativo, do centro empresarial e do centro histórico em espaços específicos.

O Centro Tradicional atualmente divide com a centralidade do Iguatemi a função de polarização de fluxos e de pessoas, mas já perde para esse em densidade de atividades – estabelecimento em funcionamento – e em captação de recursos na forma de circulação de capital. (OLIVEIRA 2002 p 101).

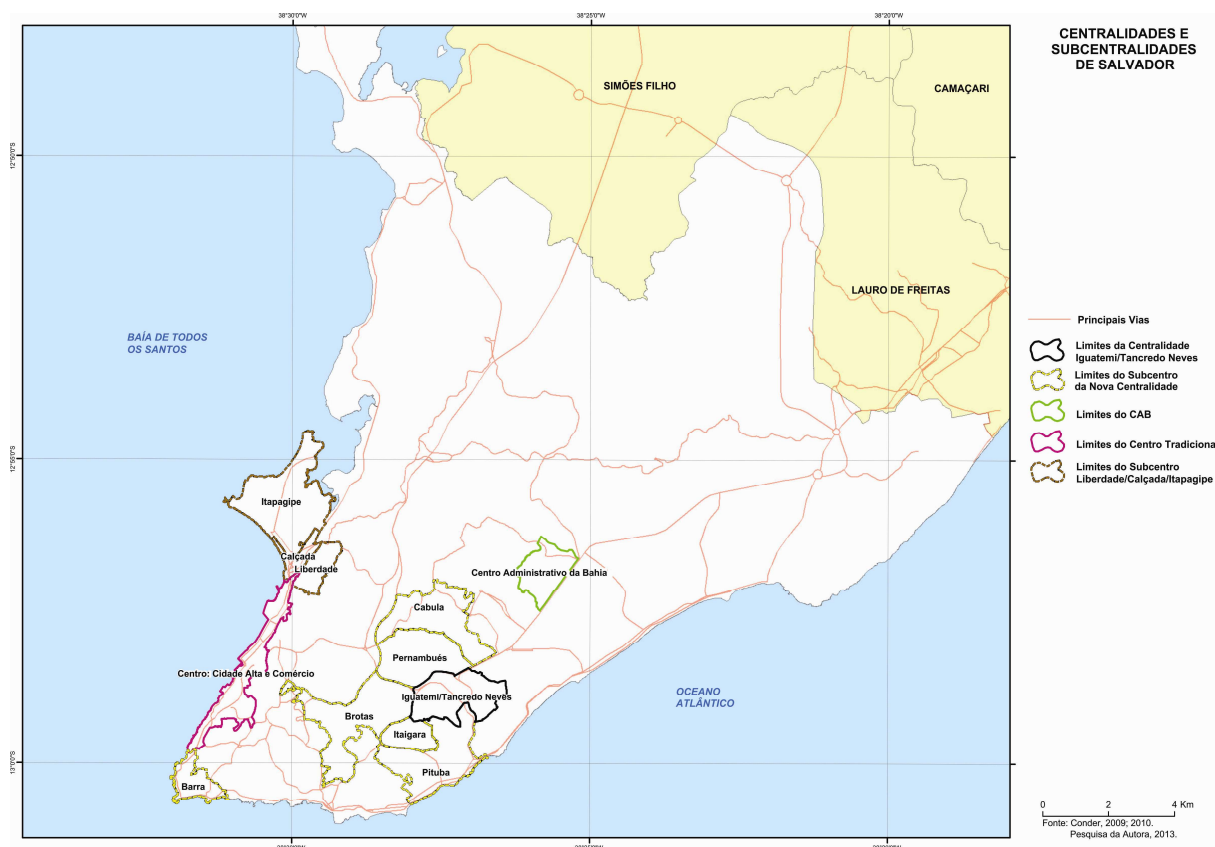


Figura 30. Mapa com localização das novas centralidades na Cidade do Salvador.

No Centro Antigo, embora a transferência de grande parte de suas atividades para os outros dois centros, muitas de suas formas ganharam novas funções. O turismo vai aparecer como atividade indutora da mudança de função de vários fixos, a exemplo do que aconteceu no conjunto arquitetônico do Centro Histórico, da Praça Rio Branco ocupada pelo comércio informal e o Relógio de São Pedro como uma rugosidade local (**Figura 31**). A Cidade Alta e a Praça Tomé de Souza sofreram transformações com a demolição do edifício da Imprensa Oficial e da Biblioteca Pública para a construção da sede da Prefeitura Municipal de Salvador em estilo arquitetônico fora dos padrões da área (**Figura 32**). A Rua Chile e suas circunvizinhanças sofreram duramente o impacto da descentralização e mesmo com projetos de revitalização tem sofrido um processo contínuo de decadência.



Figura 31. Praça Rio Branco e o comércio informal.
Fonte: Foto do Acervo da Autora Mai. 2013



Figura 32. O palácio Tomé de Souza – Prefeitura Municipal de Salvador.
Fonte: Acervo da Autora Mai 2013



Figura 33. Rua Chile 2013
Acervo da Autora – Maio 2013

O Centro Histórico passou por um processo de revitalização com vistas ao incremento do turismo na região, entretanto o projeto de gestão posterior não tem assegurado o cumprimento dos seus objetivos. Por outro lado, a decadência toma conta do Paço, Baixa dos Sapateiros e do Taboão que mantêm um comércio seletivo para a classe pobre e artigos para capoteiro e estofador.

A Avenida Sete de Setembro conserva sua antiga função comercial e de negócios embora se ressinta da quantidade e qualidade dessas atividades. O Campo Grande embora requalificado, continua como um espaço de permanência em suas funções tradicionais (espaço cívico e de lazer). O Corredor da Vitória continua abrigando a elite soteropolitana que substituiu os casarões e palacetes senhoriais em edifícios de alto luxo, principalmente no lado voltado para a Baía de Todos os Santos. Os bairros da Graça e da Barra repetem o padrão de ocupação do Corredor da Vitória e o bairro do Canela passou a abrigar uma seletividade em torno de serviços de saúde dada a presença do campus da Universidade Federal da Bahia. As **Figuras 34 a 37** mostram trechos da Avenida Sete de Setembro em 2013.



Figura 34. Avenida Sete – Praça Castro Alves
Fonte: Acervo da Autora Jun. 2013



Figura 35. Avenida Sete – São Pedro
Fonte: Acervo da Autora Jun. 2013



Figura 36. Avenida Sete – Mercês
Fonte: Acervo da Autora Jun. 2013



Figura 37. Avenida Sete – Corredor da Vitória
Fonte: Acervo da Autora Jun. 2013

Na área do Comércio, as transformações se fizeram mais expressivas nas funções exercidas por essa área urbana. Apenas a função portuária permaneceu com o porto de Salvador exercendo suas atividades.

O porto de Salvador completou 100 anos, em 13 maio de 2013, e segundo Milton Santos (1963, p. 1) “constitui um retrato fiel do que se passa em sua região de influência e das modificações por que vem passando, através dos séculos, a economia bahiana”. Esta afirmativa continua verdadeira, pois a função portuária de Salvador está em conformidade com as atuais decisões políticas e econômicas do Estado. A sua função de porto exportador regional é agora dividido com os portos de Aratu suporte indispensável ao CIA e ao Polo Petroquímico de Camaçari e o de Ilhéus principal escoadouro da produção agroindustrial do oeste baiano.

Administrado pela Companhia de Docas da Bahia/CODEBA, o Porto de Salvador em 2007 movimentou mais de três milhões de carga e 1,6 toneladas de contêineres e recebeu 88 navios-cruzeiros transportando 1421 passageiros. A

remodelação de suas instalações com a criação de um terminal específico promoveu o Porto de Salvador à função de porto turístico. Entretanto, no dizer da Companhia de Docas da Bahia (2013);

[...] o Porto de Salvador tem como principal característica ser um porto com perfil exportador de produtos e se destaca na movimentação de contêineres, cargas gerais, trigo, celulose e também na recepção de cruzeiros marítimos. É um dos maiores exportadores de frutas do Brasil, com expressiva participação no comércio exterior [...] (CODEBA 2013).

Ao longo dos seus 100 anos de inaugurado, o Porto de Salvador passou por mudanças e ampliações que atingem 2.092 metros de cais acostáveis, nove armazéns de carga, disponibilidade do cais para 10 navios atracados simultaneamente e frequência média de 75 navios aportados por mês. Destaca-se também o moderno terminal de contêineres, instalado na antiga enseada de Água de Meninos, com uma área de 117 mil m², considerado como um dos mais bem equipados entre os terminais portuários do país. Nas **Figuras 38 e 39** é possível verificar as transformações nesse fixo e seus arredores.



Figura 38. Porto de Salvador – 2012.



Figura 39. Porto de Salvador na atualidade.

Fonte: Acervo CODEBA Fonte: Acervo CODEBA.

Enquanto o Porto de Salvador procura adequar-se às exigências do capital-financeiro, as demais zonas do Comércio entram num processo de decadência embora os projetos de requalificação implementados, com a migração de algumas faculdades e a construção de um terminal turístico, ainda não conseguiram atingir os objetivos previstos.

Segundo, Pinheiro (2011) “o crescimento urbano de Salvador tem seu principal fator na lógica industrial-metropolitana que se delinea a partir dos anos 1950 com a instalação da Petrobrás e da exploração de petróleo no Recôncavo baiano” Esses atrativos por sua vez tiveram repercussões importantes no crescimento da população. A **Tabela 1** abaixo apresenta esse processo:

Tabela 1. Crescimento da população de Salvador – 2010.

CENSO	POPULAÇÃO	%
1872	129 109	
1890	174 402	35,1
1900	205 813	18,0
1920	283 422	37,7
1940	290 443	2,5
1950	417 235	43,7
1960	649 453	55,7
1970	1 007 195	55,1
1980	1 501 981	49,1
1991	2 056 013	36,9
2000	2 440 828	18,7
2010	2 998 096	22,8

Fonte IBGE 2010.

No período compreendido entre 2000 e 2010 a Cidade de Salvador e sua Região Metropolitana apresentou uma taxa de crescimento médio anual da população residente de 1,7%, o que mantém Salvador como polo de atração de migrantes, principalmente do interior do próprio estado da Bahia e de outros estados do Nordeste. A repartição dessa população se expressa como fator de descentralização.

A descentralização dos espaços urbanos cria uma seletividade que em Salvador é muito expressiva em relação às formas e funções das novas centralidades. O **Quadro 8** apresenta um aspecto que incorpora a essas novas centralidades uma seletividade que as caracteriza dentro do tecido urbano.

Quadro 8. Seletividade em termos de ocupação nas novas centralidades de Salvador.

FORMA	FUNÇÃO		
	HIERARQUIZADAS	ESPECIALIZADAS	FUNÇÕES
ÁREAS	Centros Principais: Novos Centros:	Iguatemi/Tancredo Neves	Comerciais, empresariais
		Centro Administrativo	Político-administrativas.
		Barra, Pituba, Brotas Paralela (Eixo Norte)	Comércio e serviços especializados
EIXOS	Principais	Acesso Norte	Avenidas: Paralela e Otávio Mangabeira, BR 324, Estrada do Coco.
		Acesso Sul	Sistema Ferry Boat.
		Acessos locais	Avenidas: Suburbana, Parafuso, Bonocô, ACM, Dorival Caymmi. Jorge Amado etc.
	Secundários	Bairros especializados	Pituba, Itaigara, Baixa de Quintas, Av. Vasco da Gama, Djalma Dutra, Nazaré, etc.

4.2.1.2 Segregação

Soares (2007p1) referindo-se à relação entre a pobreza em Salvador e a sua urbanização afirma que esta cidade:

[...] terceiro aglomerado populacional do país, é periferia do sistema capitalista no Brasil e possui uma urbanização, marcada por um “padrão periférico” obediente às lógicas do capital e às investidas das forças imobiliárias. O adjetivo periférico aqui empregado se legitima não apenas por Salvador se localizar no nordeste brasileiro, fora do eixo centro-sul, ou por não possuir um complexo econômico-industrial como São Paulo e Rio de Janeiro, mas por guardar expressivos índices de pobreza que se materializam em seu tecido urbano e na própria fisionomia de seus habitantes [...] (Soares, 2007, p. 1).

Salvador é a terceira cidade mais populosa do Brasil (IBGE 2010) e a que apresenta o maior índice de ancestralidade africana (54,9). A **Tabela 2** apresenta os resultados do Censo de 2010 referentes à composição da população de Salvador segundo a razão sexo e razão etnia:

Tabela 2. Composição da população de Salvador – 2010.

Composição	Características	%
Razão Sexo	Masculino	53,3
	Feminino	46,7
Razão Etnia	Brancos	18,9
	Negros	27,8
	Pardos	51,7
	Outras	1,6

Fonte IBGE 2010

A distribuição espacial da população de Salvador na atualidade muito se assemelha a de 1920, embora muito mais numerosa e ocupando novos espaços. A classe alta ocupa as áreas privilegiadas em infraestrutura e equipamentos urbanos que surgiram do boom imobiliário por que passa a Cidade. Os bairros de Itaigara, Caminho das Árvores, parte leste da Paralela e Horto Florestal são espaços de auto-segregação da elite baiana.



Figura 40. Bairros de classe alta Horto Florestal e Alphaville
Fonte: Acervo salvador.olx.com.br

A classe média acompanha essa mobilidade urbana impulsionada pela criação do Polo de Camaçari e pela oferta imobiliária amparada nos programas governamentais. Assim surgiram bairros como Imbui, Cabula, Candeal, como espaços preferidos dessa classe social.



Figura 41. Bairros de classe média de Salvador – Imbui e Cabula
Fonte Acervo Prefeitura

A classe pobre “emergente” participa de programas como Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009 pelo governo federal. Segundo as estatísticas o Estado já entregou 32 000 unidades e a prefeitura 2 700 em loteamentos populares como Jardim das Margaridas, Bosque da Bromélias, Residencial Pirajá, Sussuarana e Cajazeiras



Figura 42. Unidades populares em bairros periféricos: Sussuarana e Cajazeiras
Fonte Acervo Prefeitura de Salvador

Embora o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) de Salvador tenha alcançado 0,759, a pobreza continua crescente fato que se evidencia nas ocupações subnormais existentes. Por outro lado, o crescimento das atividades terciárias, dos serviços informais e a redução do proletariado industrial são outros tantos fatores da segregação residencial.



Figura 43. Ocupação informal em Salvador.
Fonte: Acervo Prefeitura de Salvador.

4.3 AS HERANÇAS DA REFORMA URBANA DE J. J. SEABRA NA MEMÓRIA DA CIDADE DE SALVADOR

No seu artigo sobre a memória das cidades, Abreu (1998 p 78) enfatiza a valorização atual do passado. Se antes a referência ao passado era saudosismo hoje, diz este autor, citando Le Goff (1990 p.14):

[...] a capacidade adquirida de auto destruição da espécie humana; a emergência de crises ecológicas de nível planetário e o colapso do projeto de construção de uma sociedade nova e mais justa [...] tornaram bastante incerto aquele futuro pelo qual se esperava (ABREU 1998 p 78)

Vários estudiosos como Harvey (1989) e Santos (1994) consideram o tempo uma categoria analítica fundamental na compreensão da sociedade, no momento atual. Abreu (1998 p.80) analisa o passado como dimensão importante da singularidade dos lugares, materializado na paisagem, preservado em instituições de memória (museus, arquivos, bibliotecas etc.) ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares.

Diz ainda esse autor (ibidem p 83) ao citar Halbwachs (1990 s.n) sobre as formas sociais, que “o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço”. Mais adiante afirma com relação à memória da cidade, que a memória coletiva se sobrepõe à memória individual.

A memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende ao individual.[...] As memórias coletivas se eternizam nos documentos e registros que ao transformá-las em memórias históricas preservam as memórias das cidades.[...] (ABREU. 1998 p.84)

Estas considerações teóricas fundamentam as reflexões sobre a memória da Cidade do Salvador empreendidas nesse capítulo, ao entender-se que nos seus 464 anos de existência, muitas memórias coletivas se perderam, mas outras tantas, continuam preservadas na sua paisagem como memórias históricas presentes no cotidiano de seus habitantes.

Ao vivenciar-se a Cidade do Salvador compreende-se porque a denominação de cidade histórica. Em suas paisagens as riquezas de signos nos remetem a afirmativa de Santos, M. (1992) “a paisagem é a soma de tempos desiguais”.

Alguns elementos cedem lugar, completa ou parcialmente, a outros da mesma classe, porém mais modernos; outros elementos resistem à modernização; em muitos casos, elementos de diferentes períodos coexistem. Alguns elementos podem desaparecer completamente sem sucessor e elementos novos podem se estabelecer (idem p. 21-22).

A esses elementos de “diferentes períodos que coexistem” diz esse autor: “Chamemos rugosidades aos que ficam do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, M. 2004, p. 140).

O período de governo de J. J. Seabra deixou na memória coletiva da cidade muitos registros materializados na paisagem representados pelos fixos criados pela reforma urbana empreendida. Alguns com funções que se transformaram em resposta aos processos sociais ao longo dos períodos que sucederam.

Na Cidade Alta, o palácio Rio Branco se destaca pela sua arquitetura neoclássica. É um dos palácios mais antigos do Brasil. Tomé de Souza deu início a sua construção, para ser a sede da administração portuguesa, e ao longo de sua história passou por várias reformas e exerceu várias funções como quartel e prisão. Em 1912 foi bombardeado a mando do presidente Hermes da Fonseca e restaurado no governo J. J. Seabra. Embora, não se configure mais como espaço das decisões políticas administrativas do governo abriga atualmente a Fundação Pedro Calmon, a Fundação Cultural do Estado da Bahia e o Memorial dos Governadores (**Figura 44**).



Figura 44. Palácio Rio Branco
Acervo Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

Outro signo histórico da Cidade Alta é a Rua Chile. Tradicional via de Salvador teve vários nomes: Rua Direita Santa Luzia; Rua da Porta de São Bento; Rua Direita dos Mercadores; Rua do Palácio e finalmente Rua Chile. Após o bombardeio da cidade ela foi alargada juntamente com a Rua da Ajuda. Desde sua criação a função primordial da Rua Chile foi o comércio e os serviços. Durante muitos anos a frequência da população chique em suas lojas, teatro, salas de cinema e de chá, consultórios e outros serviços a destacavam no Centro de Salvador. criavam um espaço semelhante a um shopping center ao ar livre.

Na atualidade, a Rua Chile perdeu sua função de centro comercial para a nova centralidade de Salvador e vem sofrendo um crescente processo de degradação, cuja função atual é de artéria de ligação entre o Centro Histórico propriamente dito e a Avenida Sete de Setembro.

A Avenida Sete é a grande obra do governo de J. J. Seabra. Inaugurada em 1916, estende-se por 4,6 quilômetros ligando-se ao norte com a Rua Chile através da Praça Castro Alves e ao sul com a avenida de Ondina. Divide-se em três trechos principais o distrito de São Pedro, o distrito da Vitória e o distrito da Barra que apresentam diferenças de uso e ocupação do solo, caracterizadas pela diversidade socioeconômica da população que aí reside.



Figura 45. Aspecto da rua Chile.
Fonte: Acervo Prefeitura de Salvador



Figura 46. Rua da Misericórdia ;
Fonte: Acervo da Autora Jun 2013

O distrito de São Pedro é o mais antigo dos trechos, reconhecido pela população como a verdadeira Avenida Sete. Com 1,5 quilômetro se estende da Praça Castro Alves até o Campo Grande e apresenta ligações estreitas com a Rua Carlos Gomes, via paralela com quem divide o fluxo de tráfego e atividades econômicas na área. Neste trecho a avenida apresenta um conjunto arquitetônico de grande expressividade histórica: o Mosteiro de São Bento, a Praça da Piedade com seus edifícios como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o Gabinete Português de Leitura as igrejas da Piedade e São Pedro, o convento das Mercês, o forte de São Pedro e Palácio da Aclamação. Até a década de 70 do século passado, era o eixo do comércio varejista mais importante da Cidade, por onde transitavam diariamente em torno de 90000 pessoas. Perdeu a sua importância com a

inauguração do Shopping Iguatemi e embora não perdendo a sua função atende basicamente as classes C e D da população, com a presença de um crescente comércio informal.

Um fixo emblemático da Avenida Sete neste trecho é o Relógio de São Pedro situado na Praça Rio Branco local ocupado pela Igreja de São Pedro dos Brancos, demolida para a construção da Avenida. O relógio é de origem francesa e foi inaugurado em 1916.

A Avenida Sete neste trecho apresenta problemas de degradação urbana, com edifícios abandonados, problemas de prostituição e mendicância caracterizando uma territorialidade cíclica. Nas figuras abaixo alguns fixos da reforma urbana de J. J. Seabra:



Figura 47. Antigo Palácio do Senado, atual Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
Fonte: Acervo da Autora Maio 2013.



Figura 48. Igreja de São Pedro que substituiu a que foi demolida.
Fonte: Acervo da Autora Maio 2013.



Figura 49. Palácio da Aclamação.

Fonte: Acervo IPAC Salvador



Figura 50. Relógio de São Pedro.

Fonte: Acervo da Autora Mai. 2013

O Distrito da Vitória compreende a parte da Avenida Sete conhecida como o Corredor da Vitória que se estende do Campo Grande até o topo da Ladeira da Barra. No século XIX era um subúrbio da cidade e teve seu apogeu de ocupação

com as reformas urbanas do governo de J. J. Seabra, de 1912. aí se instalando a elite da cidade que construiu mansões e palacetes, alguns ainda presentes como expressivas rugosidades.

No final do século XX, a especulação imobiliária consequente do crescimento populacional de Salvador e o alto custo do solo urbano provocaram a verticalização urbana na área com a demolição de mansões que se transformaram em grandes torres, sobretudo no lado litorâneo da avenida. Até os dias atuais este trecho da Avenida Sete conserva a sua função residencial convivendo com hotéis, museus e escolas.

O trecho da Avenida Sete compreendido no distrito da Barra é de aproximadamente 2,5 km e parte do Largo da Vitória terminando no Farol da Barra. É um marco histórico, pois trata-se do antigo Caminho do Conselho via de ligação da Vila do Pereira ou Vila Velha, fundada em 1534 pelo donatário Francisco Pereira Coutinho.

Nessa área encontramos fixos históricos importantes como a Igreja de Santo Antônio da Barra e os fortes de São Diogo, Santa Maria (marco da chegada de Tomé de Souza primeiro governador geral ao Brasil) e o forte de Santo Antônio ou Farol da Barra. Esses fixos, com exceção da igreja, mudaram de função, sempre atrelados às decisões e planos governamentais. O late Clube da Bahia, o Cemitério dos Ingleses, O Edifício Oceania e o Sanatório Espanhol são formas mais recentes, destacadas na memória da Cidade.

A função básica da Avenida nessa área é residencial, entretanto a presença do Farol da Barra, dos hotéis e pousadas da população boêmia aí instalados, torna-a uma zona de atrativo turístico.

A área do Comércio na Cidade do Salvador é outro referencial na memória da cidade. A sua denominação permeia toda a história urbana dada as características de entreposto comercial da cidade. Afirma Santos, M. (1963 p.1):

Com efeito, se o aumento de importância de Salvador corresponde através dos séculos, ao crescimento de sua função comercial, é, verdadeiramente, ao seu porto que a cidade deve a possibilidade de comandar as relações entre um mundo rural, produtor de matérias- primas [...] e um mundo industrial [...] (Santos, 1963, p. 1)

O Porto de Salvador é, pois um dos importantes registros históricos da zona do Comércio. Sua importância econômica já analisada em capítulo anterior é reiterada não só nos estudos históricos, mas na memória cultural e no cotidiano da

população baiana. Outros monumentos no Comércio são registros históricos do período de governo estudado: as avenidas da França, Jequitaia e Frederico Pontes cujas funções se ampliaram com o crescimento da cidade. O trapiche Barnabé transformado em marco histórico e o trapiche Querino ocupado por atividades comerciais.

Alguns entrevistados, pessoas que relembram do período de governo de Seabra através da memória familiar, questionados sobre o que representava o Comércio para eles, responderam que a sua vida praticamente resumia-se àquela área. Muitos moravam naquela época nas adjacências (Taboão, Pilar, Paço e Saúde) e outros tinham familiares que lá trabalhavam. O antigo mercado Modelo foi um fixo muito lembrado, assim como o Elevador Lacerda e o “charriot” – o Plano Inclinado, o Mercado do Ouro e o Banco da Bahia.

Questionados sobre o Porto de Salvador, lembraram os tempos dos navios do Lloyd, da Companhia de Navegação Baiana e do “cheiro de cacau que saía dos trapiches e dos armazéns. Entretanto, consideram que as reformas atuais trouxeram uma grande movimentação na área, principalmente quando chegam os grandes transatlânticos. As funções atuais do Porto como terminal turístico atrai um grande número de taxistas, guias turísticos e vendedores ambulantes. Já o pátio de contêineres, para os entrevistados, praticamente lhes é desconhecido, apenas acham que “enfeiou” a área. Muitos têm saudades da antiga feira de Água de Meninos, lamentam o incêndio do Instituto de Cacau da Bahia e consideram que só o que salva atualmente o Comércio é a presença dos bancos e repartições públicas. Para eles, o Comércio vem decaindo, principalmente nas ruas Portugal, Rodrigues Alves e dos Algibebes“. “O Comércio não é mais o mesmo, sem a vida de antigamente, agora parece um depósito” disse uma das entrevistadas. “Eu ainda venho por aqui, porque o INSS botou minha pensão nesse tal banco do Nordeste”, disse outro. “Até a Água de Meninos acabaram” são depoimentos saudosos. Destarte, a zona do Comércio permanece como um dos signos de Salvador, cujo significado permeia a cultura e a história baiana como registro da memória coletiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises efetuadas ao longo desta pesquisa permitem apresentar os resultados alcançados, considerando a sua finalidade em caracterizar as reformas urbanas encetadas no período de governo de José Joaquim Seabra (1912/1916), na Cidade de Salvador mas especificamente no Centro Tradicional e, suas repercussões no espaço urbano daquela época e na memória da cidade. Orientou-se o trabalho na proposição de que o Estado e o capital financeiro local e estrangeiro, como principais agentes sociais, tiveram um papel relevante nas ações que, naquele período, reconfiguraram o espaço urbano de Salvador.

Os fundamentos teóricos e metodológicos utilizados na pesquisa ofereceram o suporte necessário à análise dos fatos e a sua interpretação, sobretudo os estudos sobre evolução urbana, historiografia de Salvador e memória das cidades, que possibilitaram a compreensão do cenário sociopolítico e econômico do período estudado, seus conflitos e da dinâmica espacial correspondente, permitindo ainda identificar as heranças materiais e imateriais visíveis na paisagem urbana de Salvador.

Alguns desafios marcaram a elaboração desta pesquisa: a dificuldade de material cartográfico da época, tão necessário em um trabalho geográfico e a aplicação de entrevistas. Como previsível, as pessoas que vivenciaram aqueles tempos eram na época crianças e suas lembranças referem-se às falas dos seus pais e avós. As memórias eram fragmentárias até mesmo contraditórias e expressavam à simpatia política do entrevistado. Desse modo, as fontes históricas foram priorizadas como essenciais ao trabalho.

Pode-se identificar o governo de J. J. Seabra como um período denso na geografia urbana histórica da Cidade do Salvador. VASCONCELOS (2009 p.147). Período de importantes rupturas, o governo de J. J. Seabra divide a paisagem urbana da Cidade do Salvador no antes e no depois, fato que só irá se repetir com semelhante importância cinco décadas depois.

No antes está uma cidade comandada por uma oligarquia recém-saída da monarquia, em parte refratária aos ideais republicanos, desejosa de manter seus privilégios sociais e econômicos, mas também de usufruir da modernidade dos centros urbanos da “belle époque”. Dessa contradição, o bombardeio de Salvador

aparece como uma justificativa importante tanto para a situação, quanto para a oposição com relação às reformas urbanas a serem realizadas. Bombardeio que permanece na história da Bahia como exemplo de execração de um governo que para muitos deveria ser riscado memória da Cidade.

Criar uma nova Salvador, aos moldes das grandes e modernas capitais mundiais era a grande pretensão do governador da Bahia J. J. Seabra. Imprimir o modelo de civilidade e modernidade dos grandes centros urbanos rompendo com o passado colonial de Salvador era a sua meta. Entretanto, a grande Guerra em 1914 será o grande entrave aos planos urbanísticos do governo em face da impossibilidade dos empréstimos estrangeiros. Mesmo a solução doméstica de pedir ajuda ao povo e as emissões de apólices de baixo valor não asseguraram a continuidade das obras.

Uma cidade suja, negra e desarrumada com problemas graves de epidemias exigia drásticas medidas, que culminam com a implantação de uma política higienista, que vai justificar a abertura de ruas e avenidas, a derrubada de edifícios históricos, igrejas e cortiços provocando a mobilidade de sua população seja, para áreas nobres como o Distrito da Vitória, no caso das classes abastadas, como para os áreas de periferia no caso das classes menos privilegiadas. A necessidade em atender as reivindicações econômicas encontram respostas nas obras do Porto de Salvador e nos aterros a beira mar que propiciam a requalificação do Comércio confirmando, assim a tradição de cidade portuária de Salvador.

Os processos sociais vigentes na época criam novas formas e funções espaciais configurando um centro da cidade que se poderia definir atualmente como requalificado e uma periferia dependente em face da existência de um centro único não permitir a formação de outras centralidades. O remanejamento da população expulsa pelas reformas cria os espaços de segregação e tem um papel importante na expansão da cidade.

As análises demonstraram que os motores dos processos de mudança no período de governo estudado foram a ideologia política, econômica e social reinante, e as relações entre os agentes sociais. O Estado e o Capital representado pela classe social dos comerciantes abastados, proprietários rurais e empresários estrangeiros aparecem como predominantes. A aliança política entre governo federal e estadual foi decisiva e, esteve na base do desenvolvimento de Salvador neste período. O domínio do capital estrangeiro na economia do estado foi notória nos

investimentos, sobretudo dos alemães e ingleses. A imprensa da época aparece referendando atitudes ao sabor das suas posições políticas de situação ou de oposição e os conflitos sociais aparecem nos movimentos e greves que se estabeleceram com o descontentamento da classe trabalhadora ante a política econômica vigente e a influência das reivindicações do proletariado internacional, na época.

Na atualidade, o Centro Antigo deve ao turismo a mudança de função de vários dos seus fixos, e seu conjunto arquitetônico lhe confere a condição de centro histórico. Já o Comércio tem no Porto de Salvador seu fixo mais importante que procura se adequar as exigências do capital financeiro e mantém em parte o papel de cidade portuária de Salvador.

O depois, tem referencial nas heranças históricas deixadas pelo governo de J.J Seabra no espaço urbano de Salvador. As reformas empreendidas nesse período são marcos na memória da Cidade. As avenidas abertas continuam importantes eixos de mobilidade urbana, melhorando os deslocamentos e ligando pontos importantes; o Relógio de S. Pedro é um símbolo no cotidiano soteropolitano, o Porto se adequou às novas exigências do mercado internacional e o Comércio é objeto das preocupações das últimas administrações municipais e estaduais que criaram projetos para sua revitalização. Se a dinâmica urbana atual criou novas centralidades para Salvador, o Centro Antigo, objeto das ações governamentais de J. J. Seabra, permanece como centro histórico guardando na sua memória o viver a/da Cidade, as obras daquele governo encontram-se entre elas.

Entretanto, o que surpreende o pesquisador é verificar um desejo subliminar de alguns estudiosos da história da Bahia de retirar da memória da cidade o trabalho empreendido por José Joaquim Seabra. Os erros das demolições de edifícios históricos o aumento da segregação social promovida pelas reformas, podem explicar as críticas, mas, não justificar a discriminação com relação ao seu trabalho. Alguns estudos realizados analisam os empreendimentos, mas omitem o responsável por eles. Alguns repetem a alcunha que Ruy Barbosa lhe dá ao chamá-lo de “Caim traidor da Bahia” Revista Contemporânea do Rio de Janeiro (1919 p 4), qualificativo que aparece também na memória dos entrevistados, que imputam a Seabra a responsabilidade pelo bombardeio da cidade, esquecidos das manobras políticas de não atendimento às ordens federais pelo governo estadual da época.

É preciso, no entanto, sem justificar os erros do governo de J. J. Seabra, lembrar que outros governadores após ele também promoveram mudanças radicais na Cidade com demolições de edifícios históricos (vide a Sé) o incêndio do antigo Mercado Modelo e da feira de Água de Meninos a retirada da Mata Atlântica para a abertura das avenidas de vale e mais recentemente a construção da atual prefeitura municipal. Fica evidente, assim que as posições políticas estão na base desse quase preconceito pelo realizador das obras naquele período de governo.

Verifica-se por fim que uma pesquisa sobre a memória da cidade não se esgota, porque a cidade continua a viver no presente e sua sociedade cria e recria incessantemente o seu espaço, a sua cidade, deixando formas que permanecem incluindo funções novas. Assim, as práticas contemporâneas e tradicionais convivem lado a lado, incluindo a convivência de velhos e novos usos do passado. Por isso, a continuidade de pesquisas sobre a memória da cidade pela Geografia deve ser resgatada, Trabalhos nesse campo proporcionarão um conhecimento maior sobre as cidades sua estrutura, dinâmica e história.

REFERÊNCIAS

ABREU, M de. **Sobre a memória das cidades** In: CARLOS, A.F, SOUZA, M. L de e SPÓSITO, M.E.B. (orgs). A produção do espaço urbano. São Paulo: Contexto, 2011.

ALVES Flamarion Dutra **Considerações sobre Métodos e Técnicas em Geografia Humana**. Ribeirão Preto, Dialogus, v.4, n.1, 2008.

BARROS, P. C, FERREIRA C F. **A importância do estudo da geografia histórica para a compreensão do Espaço Urbano**. Rio de Janeiro: Revista geo-paisagem (on line) Ano 8, nº15, jan/jun, 2009 Acesso em 09/07/2011

BRANDÃO, M. de A.R. **Estrutura física, organização social e dinâmica do crescimento de Salvador**. In Cidade do Salvador. Salvador, IOB, 1960.

CARLOS A.F.A, **Da “organização” à produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico** In CARLOS, A.F, SOUZA, M. L de e SPÓSITO, M.E.B. (orgs). A produção do espaço urbano. São Paulo: Contexto, 2011

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, I. M. M. de, ALMEIDA, P. H de. AZEVEDO, J.S. G. de. **Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 89-114, novembro de 2001.

CODEBA. **50 Anos do Porto de Salvador**. Salvador, Centro de Documentação CODEBA, 1963

CONDER. **Base Cartográfica da CONDER 2010**. Salvador, 2010

CORRÊA R. L, **O Espaço Urbano**. São Paulo, Editora Ática, 1989

CORRÊA R. L, ROSENDAHL, Z. **A geografia cultural e o urbano**. In: CORRÊA, R. L, ROSENDAHL, Z.(orgs). Introdução à Geografia Cultural, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, L.A.M. **Theodoro Sampaio, a Cidade do Salvador e o Urbanismo Moderno** In: MACHADO D.B. P.(org) .Anais do IV Seminário História da Cidade e do Urbanismo.vols I e II Rio de Janeiro, Editora: PROURB-FAU-UFRJ 1996.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais, 3ª Ed.** São Paulo Editora Atlas S.A. 1995

Diário de Notícias, janeiro de 1912.

FERNANDES A, et.al. A constituição do urbanismo moderno na Bahia (1900-1950): construção institucional, formação profissional e realizações. In Anais Encontros Nacionais da Anpur v. 6, 1995, <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1640>.

Acessado em 15/7/2012

FERRO, G. **A Geografia Histórica, Ontém e Hoje**. In: Sociedade Humana e Natural no Tempo – Temas e Problemas de Geografia Histórica. Lisboa, Fundação Calouste Gublenkian, 1979.

FLEXOR, M. H. O. **A modernidade na Bahia**. Salvador,1994 Monografia (apresentada ao 1º Salão de Arte Moderna do MAMB).

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA **Obras Completas de Rui Barbosa**, v.XLVI, t.III, p.XIII Rio de Janeiro, 1919,

Gazeta do Povo, 17 jan. 1912

GEORGE, P. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

HOUAISS, Antônio & VILLAR Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

IBGE. **Características Étnico-raciais da População um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**.
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf

IBGE **Salvador/ Bahia - BA Histórico** IBGE 2007
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/salvador.pdf> Acessado em 06/05/2013

LAMAS, J. P. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa. Fundação Mário Santos, 1992

MATTOSO, K. de Q. **Bahia. Século XIX. Uma Província do Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MUMFORD, L **A Cidade na História**. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2008

OLIVEIRA M.R.N. **A área do Iguatemi o novo centro econômico da Cidade do Salvador uma análise da produção espacial de novas centralidades**. Dissertação (Mestrado em Geografia da UFBA). Salvador,2002

PINHEIRO, D. J. F, SILVA, M.A. da. **Visões imaginárias da cidade**. Texto Introdutório apostila. Salvador. (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, UFBA, 2004.

PINHEIRO, E.P. **Europa, França e Bahia : difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador) – 2 ed. – Salvador, EDUFBA, 2002.**

PUPPI, S. de O. F. **A arquitetura monumental de Salvador no início do século XX: Uma resposta local a um processo internacional.** In Revista [19&20](#), Rio de Janeiro, v. IV, n.4, out. 2009. Disponível em: <<http://www.dezenovevinte.net/arte> acessado em 28/06 de 2012

Revista Contemporânea do Rio de Janeiro março de 1919 p. 4

SAMPAIO, Consuelo.N. **Os partidos políticos da Bahia na primeira Republica.** Salvador: C.E.D/UFBA,1978

SAMPAIO, H. **Forma Urbana idealização “mythos e “logos, 1991.** In Revista/rbeur, disponível em www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../2330/2296. Acessado em 09/05/2013

SANTOS, J **Reestrutura Urbana X Reestruturação da Cidade: O Caso de Salvador.** In X Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidad de Barcelona. Barcelona,2008

SANTOS, C. de L.A. **As Origens da Reforma Sanitária e da Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República** in Dados vol. 41 n. 3. Rio de Janeiro, 1998 <http://dx.doi.org> Acessado em abril de 2011

SANTOS, M.A. S. **Novas e velhas ocupações na Salvador Republicana (1890-1930).** In FERNANDES, A. & GOMES, M.A.F. (Orgs.) Cidade e História. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA 1992

SANTOS, M. **O centro de Salvador.** Salvador, Progresso, 1958.

SANTOS, M **O Porto e a Cidade do Salvador,** Salvador, Centro de Documentação CODEBA, 1963

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec 3ª Ed.1994

SANTOS M. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994

SANTOS M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SARMENTO, S N. **A raposa e a águia : J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) UFBA Salvador, 2009.

SEABRA, J.J. **Seção de obras da Revista do Brasil, 1913**) Rio de Janeiro, 1913.

SILVA, S. C. B. M. ; SILVA, B. C. N. . A Bahia urbana no limiar do século XXI: novas projeções. Bahia Análise & Dados, Salvador-BA, v. 3, n.1, p. 49-56, 1993.

SOARES, A. M. de C. **Salvador: Pobreza, Figurações e Territórios**. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia – Desigualdade, Diferença e Reconhecimento, Campus UFPE.Recife-PE, 2007 Disponível em <http://www.contatosociologico.crh.ufba.br>. Acessado em Mai de 2013.

TAVARES, L. H. **História da Bahia**. 2ª ed. Salvador, Ed. Civilização Brasileira, 1963.

VASCONCELOS P de A. **Salvador transformações e permanências (1549-1999)** Ilhéus, Editus, 2002

VASCONCELOS P de A **Questões metodológicas na geografia urbana histórica** GeoTextos, vol. 5, n. 2, dez 2009.p.147 Mestrado em Geografia UFBA, 2009

VIANA, A. **Casos e coisas da Bahia** Bahia: Museu do Estado, 1950.

VIANNA, F. V. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Salvador, Diário da Bahia,1893.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra- urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP, 1998

ANEXO

DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO



Av. Sete de Setembro trecho do Corredor da Vitória – Salvador – Bahia. Acervo da Autora.



Av. Sete de Setembro trecho do Corredor da Vitória – Salvador – Bahia. Acervo da Autora.



Praça Dois de Julho/ Campo Grande – Salvador – Bahia. Acervo da Autora.



Praça Dois de Julho/ Campo Grande – Salvador – Bahia. Acervo da Autora.



Avenida Sete de Setembro/ São Raymundo – Salvador – Bahia. Acervo da Autora.



Praça da Piedade – Salvador – Bahia. Acervo da Autora.



Gabinete Português de Leitura – Salvador – Bahia. Acervo da Autora.



Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Salvador – Bahia. Acervo da Autora.



Igreja de São Pedro – Salvador – Bahia. Acervo da Autora.



O Relógio de São Pedro – Salvador – Bahia. Acervo da Autora.



Praça Tomé de Souza e Câmara Municipal de Salvador – Salvador – Bahia. Acervo da Autora 2013.



Porto de Salvador – Acervo da CODEBA 2012.



Porto de Salvador e Forte de São Marcelo. Acervo da CODEBA 2012.



Porto de Salvador Cais e Armazéns – Acervo da CODEBA 2012.



Porto de Salvador/ Cais e Pátio de Contêneres – Acervo da CODEBA 2012.